

BRASIL TELECOM COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

BRASIL TELECOM COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração sobre demonstrações contábeis

Relatório da Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº1 às demonstrações contábeis na seção sobre continuidade das operações, que informa que as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram, entre outros, os seguintes aspectos: (i) o cumprimento dos requerimentos, termos e condições previstos no Plano de Recuperação Judicial Aditado ("PRJ Aditado") pela sua controladora, Oi S.A - 'Em Recuperação Judicial' ("Oi S.A"), bem como o atendimento dos requerimentos previstos na Lei nº 11.101/2005; (ii) o sucesso na implementação do plano estratégico pela companhia e sua controladora; e (iii) a conclusão do processo de alienação pela sua controladora das últimas duas Unidades Produtivas Isoladas (UPIs) restantes, referentes a operação de redes de telecomunicações ("UPI InfraCo"), representada atualmente pela Companhia, e do negócio de TV ("UPI TVCo", atualmente "Operação TVCo"), previstas no PRJ Aditado, que, até a data de conclusão dos nossos trabalhos, ainda não haviam sido finalizadas. Tais medidas visam reverter as condições que vem causando prejuízos recorrentes à Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, apurou-se um prejuízo do exercício no montante de R\$719.144 mil e o passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R\$3.572.236 mil. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfase

Relacionamento relevante entre a Companhia e a Oi S.A. - 'Em Recuperação Judicial'

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº1 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia presta serviços de Transmissão de Dados em Alta Velocidade e Conexão Dedicada à Internet à sua controladora, Oi S.A., em recuperação judicial desde 20 de junho de 2016, mediante celebração de Contrato de Cessão Onerosa de Meios de Rede FTTH em Regime de Exploração Industrial. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita de instalação

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 04 às demonstrações contábeis, as receitas de serviços de instalação pela Companhia totalizaram o montante de R\$ 778.439 em 31 de dezembro de 2021.

Em 2021, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços, com prazo de 13 anos, em que se compromete à prestação dos seguintes serviços: (i) capacidade de rede, por meio de cessão onerosa de meios de rede e serviços de conexão à internet, denominado "serviço de capacidade" e; (ii) instalação dos serviços de telecomunicações, que incluem configurações lógicas e instalações físicas necessárias à prestação do serviço de capacidade, denominado "serviço de instalação".

A Administração da Companhia, com base na orientação de especialista contábil externo, avaliou os principais aspectos contidos no contrato mencionado acima e os requerimentos técnicos previstos nas normas contábeis e concluiu que: (i) o serviço de instalação deve ser considerado como um serviço distinto no contexto do contrato de fornecimento de capacidade e, portanto, deve ser reconhecido no momento da efetiva prestação do serviço de instalação; (ii) o serviço de fornecimento de capacidade, também considerado como um serviço distinto neste contexto, deve ser reconhecido ao longo do tempo em que o referido serviço de capacidade é entregue ao cliente.

Dado o alto grau de julgamento da Administração na determinação do momento em que os serviços devem ser reconhecidos, a complexidade do assunto e a relevância dos valores envolvidos, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionado ao ciclo de reconhecimento e mensuração de receitas;
- Aplicação de testes de controles internos relevantes, por amostragem, com o suporte dos nossos especialistas em Tecnologia da Informação, contemplando: (i) avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os sistemas e programas relevantes na geração de informações para o processo de reconhecimento e mensuração dos serviços prestados; (ii) teste de integridade dos lançamentos contábeis relacionados ao ciclo de receita;
- Leitura e revisão dos termos e condições do contrato relacionado à prestação dos serviços de capacidade e instalação, com foco na revisão dos termos e condições ligados às condições específicas a cada serviço;
- Avaliação dos requerimentos previstos nas normas brasileiras e internacionais de contabilidade, em especial a CPC 47 (IFRS 15), que determinam o momento do reconhecimento de receita, a mensuração e divulgação nas demonstrações contábeis;
- Revisão da avaliação técnica preparada pela Companhia, suportada por parecer técnico de especialista externo, sobre as fundamentações utilizadas e as conclusões obtidas;
- Aplicação de teste documental, por amostragem, para as receitas de serviços prestadores de instalação e fornecimento de capacidade, analisando a referida documentação suporte que evidencia a existência da transação e a mensuração do valor reconhecido;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando os controles internos definidos e mantidos pela Administração, para fundamentar sua conclusão sobre o reconhecimento de receita, refletidas nas demonstrações contábeis.

Reestruturação societária - Formação da UPI InfraCo

Conforme descrito na Notas Explicativas nº 26(c) às demonstrações contábeis, a companhia recebeu e cedeu, mediante aumentos de capital e cisões parciais de seu acervo líquido, certos ativos e passivos envolvendo as empresas do Grupo Oi, cujo objetivo era transformar a Companhia na UPI InfraCo, conforme previsto nos termos do Plano Estratégico e do PRJ Aditado das empresas do Grupo Oi.

Esses aumentos de capital e cisões parciais foram realizados com base no valor contábil residual dos respectivos ativos e passivos recebidos e cedidos, por se tratar de uma reestruturação societária entre empresas sob o mesmo controle societário, cujos atos societários foram formalizados ao longo de 2021. Adicionalmente, a Companhia, com base nas orientações dos seus assessores jurídicos internos, avaliou as condições regulatórias relevantes relacionadas ao processo de transferência de certos ativos entre empresas do mesmo grupo, que estejam sob a regulação da Agência Nacional de Telecomunicações ("Anatel"), e concluiu que tais transferências atendem as resoluções da Anatel atualmente vigentes.

Considerando a relevância e complexidade nos julgamentos realizados para refletir adequadamente as transações contábeis da reestruturação societária, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Leitura e análise da documentação relevante relacionada à resolução da Anatel nº 744, de 08 de abril de 2021, com foco na revisão dos termos e condições ligados à reversibilidade de bens multisserviço;
- Obtenção de opinião legal, por meio da administração, de especialistas regulatórios externos para avaliação da referida resolução;
- Discussão com Administração e seus especialistas externos sobre as condições regulatórias que possibilitaram a transferência de ativos, bem como análise das formalizações internas relevantes;
- Revisão das transferências de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2021, bem como avaliação, por amostragem, da documentação suporte relevante;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os critérios e premissas adotados pela Administração no reconhecimento da reestruturação societária, considerando as práticas contábeis aplicáveis e a razoabilidade da documentação suporte, mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão.

Realização de tributos diferidos

Conforme Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, a Companhia possui registrado como tributos diferidos líquidos, no ativo não circulante, o montante de R\$117.542 mil, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas, bem como sobre diferenças temporariamente não dedutíveis e/ou tributáveis.

A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de perda por recuperabilidade desse ativo, com base nas projeções de lucros tributáveis futuros. Como resultado desta avaliação, a Companhia reconheceu estes tributos diferidos na extensão do lucro tributável futuro.

Considerando que qualquer alteração nas premissas utilizadas, nas condições de negócio da Companhia e de determinados indicadores financeiros podem gerar efeitos significativos nas projeções de lucros tributários futuros e, conseqüentemente, impactos nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Aplicação de teste de controles internos relevantes referente aos tributos diferidos ativos e passivos, incluindo os controles internos sobre a análise de realização de tais tributos;
- Revisão da razoabilidade do modelo adotado pela Administração para elaborar as projeções, incluindo as principais premissas e critérios utilizados, como: (i) taxas de crescimento de longo prazo aplicadas nas referidas projeções, por meio da comparação, quando disponível, com dados de mercado; (ii) taxa de desconto, avaliando o custo de capital à Companhia; (iii) comparação com as projeções de fluxo de caixa do plano estratégico aprovado pela Administração;
- Revisão dos cálculos aritméticos sobre o reconhecimento e mensuração dos tributos diferidos ativos;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação do valor realizável de tributos diferidos, considerando as práticas contábeis aplicáveis e a razoabilidade da documentação suporte das projeções, mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – ‘Demonstração do Valor Adicionado’. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2022.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	172.278	180.216	Fornecedores	15	1.768.483	832.343
Contas a receber	9	595.573	89.575	Salários, encargos sociais e benefícios		68.265	12.985
Tributos correntes a recuperar	10	9.902	6.411	Dívidas com partes relacionadas	24	2.582.200	2.426.474
Outros tributos	11	150.992	40.637	Outros tributos	11	81.291	6.074
Depósitos e bloqueios judiciais	12	1.229	383	Programa de refinanciamento fiscal	18	140	145
Ativo relacionado aos fundos de pensão	22	343	127	Arrendamentos a pagar	17	12.133	5.245
Demais ativos		<u>49.528</u>	<u>40.433</u>	Provisões	19	581	161
				Demais obrigações	20	<u>38.988</u>	<u>69.377</u>
		<u>979.845</u>	<u>357.782</u>			<u>4.552.081</u>	<u>3.352.804</u>
Não circulante				Não circulante			
Tributos correntes e diferidos	10	117.542		Empréstimos e financiamentos	16	2.870.768	
Outros tributos	11	302.692	92.255	Programa de refinanciamento fiscal	18	279	410
Depósitos e bloqueios judiciais	12	37.573	34.621	Provisões	19	63.920	63.772
Demais ativos		2.889	7	Outros tributos	11	3.955	4.086
Imobilizado	13	16.951.820	6.364.734	Tributos diferidos	10		47.740
Intangível	14	<u>58.043</u>	<u>5.011</u>	Arrendamentos a pagar	17	9.647	7.884
		<u>17.470.559</u>	<u>6.496.628</u>	Demais obrigações	20	<u>102.828</u>	<u>110.636</u>
						<u>3.051.397</u>	<u>234.528</u>
				Patrimônio líquido			
					21		
				Capital social		10.112.170	2.013.310
				Reservas de capital		1.823.781	1.599.928
				Outros resultados abrangentes		651	307
				Prejuízos acumulados		<u>(1.089.676)</u>	<u>(346.467)</u>
						<u>10.846.926</u>	<u>3.267.078</u>
Total do ativo		<u>18.450.404</u>	<u>6.854.410</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>18.450.404</u>	<u>6.854.410</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de serviços	4	3.001.796	401.734
Custo dos serviços prestados	5	<u>(3.357.381)</u>	<u>(422.150)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		<u>(355.585)</u>	<u>(20.416)</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	5	(61.966)	(19.694)
Despesas gerais e administrativas	5	(81.412)	(34.384)
Outras receitas operacionais	5	445.523	62.018
Outras despesas operacionais	5	<u>(128.432)</u>	<u>(55.445)</u>
		<u>173.713</u>	<u>(47.505)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos		(181.872)	(67.921)
Receitas financeiras	6	39.211	6.345
Despesas financeiras	6	<u>(684.677)</u>	<u>(30.728)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(645.466)</u>	<u>(24.383)</u>
Prejuízo antes das tributações		<u>(827.338)</u>	<u>(92.304)</u>
Imposto de renda e contribuição social	7		
Corrente		(57.088)	(675)
Diferido		<u>165.282</u>	<u>(47.740)</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(719.144)</u>	<u>(140.719)</u>
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores		(719.144)	(140.719)
Média ponderada das ações (Em milhares de ações)		318	51
Prejuízo por ação		(2.261,58)	(2.761,06)

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020** Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo líquido do exercício	(719.144)	(140.719)
Ganho atuarial	<u>344</u>	<u>178</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(718.800)</u>	<u>(140.541)</u>

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva de capital		Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Reserva especial de incorporação - Acervo líquido	Contribuição de capital na transferência de ativos			
Em 1 de janeiro de 2020	346.246	1		(206.244)	129	140.132
Outros resultados abrangentes					178	178
Aumento de capital	1.696.159	1.499.927		496		3.196.582
Redução de capital	(29.095)					(29.095)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		100.000				100.000
Prejuízo do exercício				(140.719)		(140.719)
Em 31 de dezembro de 2020	2.013.310	1.599.928		(346.467)	307	3.267.078
Aumento de capital	8.116.559	(100.000)		(12.185)		8.004.374
Redução de capital	(17.699)			(11.880)		(29.579)
Contribuição de capital			323.853			323.853
Outros resultados abrangentes					344	344
Prejuízo do exercício				(719.144)		(719.144)
Em 31 de dezembro de 2021	10.112.170	1.499.928	323.853	(1.089.676)	651	10.846.926

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes das tributações	(827.338)	(92.304)
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	560.627	5.667
Atualização monetária de provisões (Nota 6)	1.480	12.061
Depreciação e amortização (Nota 5)	1.446.673	285.676
Perdas (reversões) esperadas em contas a receber de clientes (Nota 5)	5.099	336
Provisões (Nota 5)	(744)	3.909
Resultado com alienações e baixa de ativos	25.422	31.509
Outros	5.279	(1.099)
	<u>1.216.498</u>	<u>245.755</u>
Mutações patrimoniais		
Contas a receber	(386.417)	42.263
Tributos	(237.851)	(35.466)
Pessoal, encargos sociais e benefícios	47.605	11.416
Fornecedores	122.443	(292.273)
Provisões	(753)	(166)
Outras contas ativas e passivas	(9.980)	6.624
	<u>(464.953)</u>	<u>(267.602)</u>
Juros sobre arrendamentos	(1.194)	(1.794)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(57.664)	(14.294)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(27.574)	(2.461)
	<u>(86.432)</u>	<u>(18.549)</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>665.113</u>	<u>(40.396)</u>
Atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(3.319.839)	(630.712)
Créditos com partes relacionadas - Liberações	5.858	311
Depósitos judiciais	(5.347)	(20.518)
Resgates judiciais de depósitos judiciais	1.707	2.952
	<u>(3.317.621)</u>	<u>(647.967)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	<u>(3.317.621)</u>	<u>(647.967)</u>
Atividades de financiamentos		
Captação líquidas de custos	2.454.290	
Programa de refinanciamento fiscal	(146)	(146)
Arrendamentos	(7.574)	(5.393)
Aumento de capital	198.000	800.000
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício		(21.947)
	<u>2.644.570</u>	<u>772.514</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	<u>2.644.570</u>	<u>772.514</u>
Fluxo de caixa do exercício	<u>(7.938)</u>	<u>84.151</u>
Caixa e equivalente de caixa		
Saldo final	172.278	180.216
Saldo inicial	180.216	96.065
	<u>180.216</u>	<u>96.065</u>
Variação no exercício	<u>(7.938)</u>	<u>84.151</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

Transações não caixa

	2021	2020
Varição entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	882.072	1.065.384
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	101	97
Aumento de capital com acervos líquidos incorporados	7.806.373	2.467.487

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas		
Vendas de serviços e mercadorias	3.173.528	435.206
Descontos incondicionais e devoluções	(27)	
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(5.099)	(336)
Outras receitas	<u>431.675</u>	<u>38.853</u>
	<u>3.600.077</u>	<u>473.723</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos com interconexão	(44.029)	
Materiais e energia	(10.428)	(18.180)
Serviços de terceiros	(821.202)	(102.609)
Outros	<u>(2.705)</u>	<u>(1.907)</u>
	<u>(878.364)</u>	<u>(122.696)</u>
Valor adicionado bruto	<u>2.721.713</u>	<u>351.027</u>
Retenções		
Depreciação e amortização	(1.446.673)	(285.675)
Provisões/Reversões (Inclui atualização monetária)	(737)	(15.970)
Outras despesas	<u>(59.701)</u>	<u>(3.235)</u>
	<u>(1.507.111)</u>	<u>(304.880)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>1.214.602</u>	<u>46.147</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>39.211</u>	<u>6.345</u>
	<u>39.211</u>	<u>6.345</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.253.813</u>	<u>52.492</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	(92.109)	(30.856)
Benefícios	(14.039)	(6.074)
FGTS	(7.510)	(1.795)
Outros	<u>(2.724)</u>	<u>(512)</u>
	<u>(116.382)</u>	<u>(39.237)</u>
Impostos e taxas		
Federais	27.578	(65.137)
Estaduais	(58.128)	(13.754)
Municipais	<u>(6.089)</u>	<u>(5.669)</u>
	<u>(36.639)</u>	<u>(84.560)</u>
Remuneração de capital de terceiros		
Juros e demais encargos financeiros	(685.647)	(18.919)
Aluguéis, arrendamentos e seguros	<u>(1.134.289)</u>	<u>(50.495)</u>
	<u>(1.819.936)</u>	<u>(69.414)</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízos retidos	<u>719.144</u>	<u>140.719</u>
	<u>719.144</u>	<u>140.719</u>
Valor adicionado distribuído	<u>(1.253.813)</u>	<u>(52.492)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A. (“Companhia” ou “BrT Multimídia”), foi fundada em agosto de 1997, tendo como controladora a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi”), na qualidade de incorporadora da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”), ocorrida em 22 de fevereiro de 2022. Para maiores informações sobre a incorporação da Oi Móvel pela Oi, vide Nota 27 (a).

A Companhia tem como objeto social: (a) o desenvolvimento, a construção e a operação de redes de telecomunicações e o fornecimento de serviços de telecomunicações e de valor adicionado, em especial de: (i) alternativa de acesso local a serviços de dados, vídeo e auxiliares de voz; e (ii) outros serviços de valor adicionado e acesso à internet; (b) a cessão onerosa de meios de redes de telecomunicações; (c) a prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM; (d) a prestação de serviços de Tecnologia da Informação (TI); (e) a locação, manutenção e operação de equipamentos; (f) a locação de espaço físico e infraestrutura de hospedagem web (*housing*); (g) a prestação de serviços de manutenção e instalação de infraestrutura e rede e locação de meios físicos, inclusive para colocação de equipamentos, bem como a prestação de atividades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação, recuperação e transmissão de informações, incluindo a elaboração de projetos, execução, implementação, comercialização, operação, manutenção (assistência técnica) e faturamento de sistemas relacionados a essas atividades e demais serviços de valor adicionado; (h) a importação e exportação relacionadas às atividades desenvolvidas pela Companhia; (i) a representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros; (j) a participação no capital social de outras sociedades, comerciais ou civis, como sócio, acionista ou quotista; e (l) o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade de São Paulo, no bairro da Chácara Itaim, na Avenida das Nações Unidas, 12.901 – 27 A CJ 2701 T. Oeste.

A autorização para a conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na Reunião de Diretoria, realizada em 20 de maio de 2022.

Recuperação Judicial

A controladora da Companhia, Oi, em conjunto com algumas de suas subsidiárias, dentre elas a Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial (incorporada pela Oi em 03 de maio de 2021) e a Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (incorporada pela Oi conforme exposto acima) (“Empresas Oi” ou “Recuperandas”), ajuizou, em caráter de urgência, pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Recuperação Judicial”), o qual foi deferido pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo da Recuperação Judicial”) em 29 de junho de 2016.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme amplamente divulgado ao mercado, a Oi vinha empreendendo esforços e realizando estudos, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, para otimizar sua liquidez e perfil de endividamento. A Oi, considerando os desafios decorrentes da situação econômico-financeira à luz do cronograma de vencimento de suas dívidas financeiras, ameaças ao fluxo de caixa representadas por iminentes penhoras ou bloqueios decorrentes de processos judiciais, e tendo em vista a urgência na adoção de medidas de proteção das Empresas Oi, concluiu que a apresentação do pedido de recuperação judicial seria a medida mais adequada, para (i) preservar a continuidade da oferta de serviços de qualidade a seus clientes, dentro das regras e compromissos assumidos com a ANATEL, (ii) preservar o valor das Empresas Oi, (iii) manter a continuidade de seu negócio e sua função social, protegendo assim de forma organizada os interesses das Empresas Oi, de seus clientes, de seus acionistas e demais partes interessadas, e (iv) proteger o caixa das Empresas Oi.

Em 11 de outubro de 2017, as Empresas Oi apresentaram uma nova versão do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”, “Plano” ou “PRJ Original”), conjunta e consolidada, perante o Juízo da Recuperação Judicial. No dia 19 de dezembro de 2017, após a confirmação do quórum necessário dos credores das classes I, II, III e IV, a Assembleia Geral de Credores foi instalada, tendo o Plano de Recuperação Judicial das Empresas Oi (“Plano” ou “PRJ”), sido aprovado por ampla maioria de credores no dia 20 de dezembro de 2017.

Em 8 de janeiro de 2018 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial para as Empresas Oi pelo prazo de 2 (dois) anos, tendo sido a referida decisão publicada no Diário Oficial em 5 de fevereiro de 2018 (“Homologação do Plano”).

As propostas de pagamento do PRJ das Empresas Oi encontram-se incluídas nos autos do processo eletrônico nº 0203711-65.2016.8.19.0001, disponível para consulta no endereço eletrônico da Oi (www.recjud.com.br) e no site do Tribunal de Justiça (www.tjrj.jus.br).

Em 31 de julho de 2018, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado informando que concluiu a reestruturação de sua dívida financeira e das demais Recuperandas, com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos no PRJ, incluindo a realização do Aumento de Capital – Capitalização de Créditos.

Em 25 de janeiro de 2019, a Oi concluiu o Aumento de Capital – Novos Recursos previsto no PRJ através da emissão de 3.225.806.451 ações ordinárias ao valor de subscrição agregado de R\$ 4.000.000.000.

Não encerramento da Recuperação Judicial

Em 6 de dezembro de 2019, a Oi divulgou Fato Relevante informando que as Empresas Oi protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial petição requerendo que a supervisão judicial das Empresas Oi não fosse encerrada em 4 de fevereiro de 2020, data que a homologação do Plano completaria dois anos.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A medida de não encerramento da supervisão judicial não trouxe mudanças para a situação atual das Empresas Oi e não teve impacto quanto ao cumprimento do Plano em vigor, nem em relação a créditos correntes e tampouco sobre eventuais novos recursos que vieram a ser acessados pelas Empresas Oi. Vale destacar que a continuidade de supervisão judicial ao fim do período de dois anos é uma medida natural que tem sido aplicada na maior parte dos processos de recuperação judicial.

Não obstante o bom andamento da implementação do Plano, que já concluiu grande parte das etapas estabelecidas no processo e que foram importantes para a recuperação das Empresas Oi, o requerimento apresentou ao Juízo da Recuperação Judicial circunstâncias relacionadas à complexidade e magnitude inerentes ao seu Processo de Recuperação Judicial e às reformas em curso no ambiente jurídico-regulatório, e que exigem providências a serem implementadas no âmbito do Processo de Recuperação Judicial.

Em 28 de fevereiro de 2020, a Oi divulgou Fato Relevante informando aos acionistas e ao mercado em geral que, em 28 de fevereiro de 2020, as Empresas Oi protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial, uma petição expondo seu interesse em levar para a deliberação de uma nova assembleia geral de credores (“Nova AGC”), um aditamento ao Plano (“Aditamento ao Plano” ou “Aditamento ao PRJ”) objetivando alcançar maior flexibilidade operacional e financeira para continuar seu projeto de investimento e o cumprimento de seu plano estratégico de transformação (“Plano Estratégico”), ambos já amplamente divulgados ao mercado.

Em linha com o disposto acima, em 6 de março de 2020, a Oi divulgou Fato Relevante, informando que o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão, nessa mesma data, deferindo o pedido da mesma para a realização de Nova AGC para deliberação acerca de um aditamento ao Plano.

Em 15 de junho de 2020, as Empresas Oi protocolaram junto ao Juízo da Recuperação Judicial, a proposta de Aditamento ao PRJ, que teve o objetivo de dar maior flexibilidade ao PRJ Original, com a criação de uma estrutura societária e operacional mais eficiente, visando a maximização do valor das Empresas Oi em benefício de todos os seus “*stakeholders*”. Este movimento esteve completamente alinhado ao Plano Estratégico, que vem sendo implementado com transparência.

Em 13 de agosto de 2020, as Empresas Oi protocolaram junto ao Juízo da Recuperação Judicial proposta atualizada do Aditamento ao PRJ ajustando determinados termos e condições. Tal proposta refletiu as diversas interações com credores, potenciais investidores e outros “*stakeholders*”, inclusive aquelas conduzidas perante o mediador nomeado pelo Juízo da Recuperação Judicial, com o objetivo de discutir melhorias ao Aditamento ao PRJ.

O Aditamento ao PRJ foi submetido à votação dos credores das Recuperandas e aprovado na Nova AGC realizada em 8 de setembro de 2020, data da primeira convocação, tendo sido homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial por meio de decisão proferida em 5 de outubro de 2020 e publicada em 8 de outubro de 2020, decisão essa que ainda rejeitou todas as alegações de nulidades procedimentais da Nova AGC, afastando a alegação de tratamento desigual entre os credores e rejeitando os pedidos de nulidade do quórum de votação e aprovação do Aditamento ao PRJ, por não conterem vícios em sua formação e vontade e, dentre outras providências, fixou o prazo de 12 (doze) meses para o encerramento da recuperação judicial das Recuperandas, contados da data da publicação da referida decisão, podendo ser prorrogado, caso haja necessidade de se ultimarem os atos relativos às alienações previstas no Aditamento ao PRJ.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Aditamento ao PRJ, visa permitir às Empresas Oi e suas controladas (“Grupo Oi”) a viabilização da execução de seu plano de longo prazo, com o equacionamento necessário da sua dívida, no contexto atual, e a continuidade de suas atividades seguindo o referido PRJ e o seu Plano Estratégico. A estratégia do Grupo Oi tem como principal objetivo a transformação de seu modelo de negócio, com foco na utilização e rápida ampliação de sua extensa infraestrutura de fibra ótica como diferencial competitivo, incluindo suas redes de transporte (“*backbone*”, “*backhaul*” e rede de dados), e redes de acesso primárias e secundárias (“*links*” dedicados, anéis metropolitanos e redes de acesso FTTH), viabilizando e suportando as necessidades de conexão em alta velocidade e provimento de serviços para seus clientes residenciais, empresariais, corporativos e de governo, bem como o provimento de serviços de infraestrutura para os demais provedores de serviços de telecomunicações do país, incluindo a viabilização de conexões para a nova tecnologia 5G.

Em 15 de março de 2021, foi concluída a alienação da UPI Data Center, conforme Fato Relevante divulgado pela Oi naquela data.

Em 30 de março de 2021, foi concluída a alienação da UPI Torres, conforme Fato Relevante divulgado pela Oi naquela data.

Em 19 de julho de 2021, a Oi divulgou Fato Relevante aos seus acionistas e ao mercado em geral apresentando seu Plano Estratégico para o triênio 2022-24, com foco na transformação da “Nova Oi”, já homologadas as propostas vencedoras nos processos competitivos para a alienação das principais UPIs, e considerando a separação estrutural previstas no Aditamento ao PRJ. Com os direcionadores do seu Plano Estratégico, a Oi pretende perseguir um modelo de negócios sustentável através (i) da aceleração das receitas dos negócios “*core*”, no que se refere à plataforma de conectividade e serviços digitais com foco em clientes, notadamente: (i) clientes B2C e PME Fibra, nos segmentos de cobre, TV, serviços digitais ; (ii) Clientes B2B (Oi Soluções) no que se refere à conectividade e soluções de TI; e (iii) Infraestrutura nos segmentos Digital, IPTV, DTH, cobre e implementação de novas fontes de receita, (ii) da readequação da sua estrutura de custos, (iii) do equacionamento da concessão e (iv) do desenvolvimento da Companhia, com o objetivo de ser líder em soluções digitais e conexões de fibra ótica que melhorem a vida das pessoas e as empresas em todo o país.

Em 2 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão, em atenção a pedido formulado pelas Recuperandas, deferindo o pedido de prorrogação do prazo de supervisão judicial do Processo de Recuperação judicial até o final de março de 2022, uma vez (i) demonstrada pelas Empresas Oi, a necessidade de se ultimarem os atos relativos às alienações das UPIs; (ii) demonstrada a necessidade de serem implementadas determinadas condições previstas no Aditamento ao PRJ; e (iii) que houve parecer favorável do Administrador Judicial e do Ministério Público que atua no caso. Posteriormente, em atenção aos embargos de declaração opostos por determinadas instituições financeiras, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão esclarecendo que o período de supervisão judicial foi prorrogado até a data específica de 31 de março de 2022. Contra a decisão, foi interposto recurso por instituição financeira, para que a supervisão judicial se encerre apenas em 30 de maio de 2022, conforme expressamente previsto no Aditamento ao PRJ. Em 9 de fevereiro de 2022, foi negado provimento ao referido recurso, ficando mantido o prazo de encerramento da Recuperação Judicial para 31 de março de 2022. Destaca-se que BNDES opôs embargos de declaração contra o acórdão que negou provimento ao seu recurso, a fim de que seja reconhecido o encerramento da supervisão judicial apenas no prazo previsto no Aditamento ao PRJ. O referido recurso aguarda julgamento.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 28 de março de 2022, em vista da proximidade do encerramento do período de supervisão e da singularidade da recuperação judicial do Grupo Oi, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão determinando sejam adotadas certas medidas preparatórias necessárias para orientar a conclusão ordenada do processo. A referida decisão, publicada em 30 de março de 2022, determinou, entre outros pontos, (i) que o Administrador Judicial apresente o Quadro Geral de Credores (“QGC”), em até 60 dias, no qual deverá constar todos os incidentes de habilitação e impugnações de crédito sentenciados até 28 de março de 2022; e (ii) que as Recuperandas criem procedimento administrativo, enquanto houver prazo de pagamento a vencer e mesmo após o encerramento da recuperação judicial, para que os credores concursais retardatários que não tenham ingressado com a correta distribuição por dependência do seu pedido de habilitação ou impugnação, realizem habilitação administrativa. O Juízo da Recuperação Judicial também esclareceu que os incidentes que não forem decididos até a homologação do QGC e do encerramento da recuperação judicial deverão prosseguir normalmente e, depois de decididos, serão inseridos na lista de credores pelas próprias Recuperandas.

Em 20 de abril de 2022, foi concluída a alienação da UPI Ativos Móveis, conforme Fato Relevante divulgado pela Oi naquela data.

1. Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial

O Aditamento ao PRJ previu a possibilidade de ajustes nas condições de pagamento de credores concursais e também mecanismos que permitem ou obrigam a Oi a pagar determinados créditos sujeitos ao Plano em prazo menor do que o previsto no PRJ Original.

Dentre as condições negociadas e aprovadas no Aditamento ao PRJ, destacamos as seguintes:

1.1 UPI InfraCo

Dentre as UPIs previstas no Aditamento ao PRJ, está a UPI InfraCo, cujo veículo escolhido foi a Companhia, que passou a reunir os ativos de infraestrutura e fibra relacionados às redes de acesso e transporte do Grupo Oi já aportados em seu capital, sejam cedidos diretamente, sejam cedidos como direito de uso na forma de IRUs (*Indefeasible Rights of Use*), bem como novos investimentos em infraestrutura que ainda serão realizados, tendo como objetivo a aceleração dos investimentos na expansão das suas redes de fibra ótica, a partir de uma estrutura de capital mais flexível e eficiente e maior possibilidade de captação e utilização de novos recursos. A UPI InfraCo é atualmente uma sociedade controlada pela Oi, a qual vem buscando no mercado os recursos necessários para o financiamento de seus investimentos, de forma a expandir as atividades do Grupo Oi em fibra ótica e atender a um maior número de clientes de todos os segmentos em todo o país.

O Aditamento ao PRJ previu a manutenção pela Oi de participação relevante no capital social da UPI InfraCo, após a sua alienação, com medidas que garantam sua participação ativa na criação e expansão de uma empresa líder nacional em infraestrutura em fibra ótica. A exemplo do que já ocorreu em outros países, a criação da UPI InfraCo seguiu uma lógica de separação estrutural entre a empresa de serviços e a empresa de infraestrutura, com o objetivo de maximizar o valor dos negócios, através de maior eficiência e inovação, com estratégias claras focadas na experiência do cliente e inovação de produtos e serviços de um lado, e na massificação de infraestrutura de fibra e otimização de sua operação técnica do outro.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A UPI InfraCo é composta por 100% das ações de emissão da SPE InfraCo que passou a reunir os ativos, passivos e direitos relacionados às atividades de fibra ótica e infraestrutura descritos no Anexo 5.3.4 do Aditamento ao PRJ, que previu a alienação parcial da UPI InfraCo por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para a alienação parcial do capital social total da UPI InfraCo.

Após a realização do devido procedimento competitivo, em 7 de julho de 2021, a Oi divulgou Fato Relevante informando que o Juízo da Recuperação Judicial homologou a proposta fechada para aquisição parcial da UPI InfraCo, a qual foi apresentada, em conjunto, por Globenet Cabos Submarinos S.A. e BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, nos exatos termos e condições da proposta vinculante para aquisição da UPI InfraCo, observados ainda os termos e condições previsto no respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações constante do Edital UPI InfraCo. As respectivas condições da proposta vinculante foram expostas no Fato Relevante divulgado pela Oi em 12 de abril de 2021.

Nesse contexto que, em 1 de outubro de 2021, foi celebrado o Acordo de Investimento e Outras Avenças (“Contrato UPI InfraCo”) entre a Oi e Globenet Cabos Submarinos S.A. (“Globenet”), que tem por objeto a alienação de ações representativas do controle da Companhia ao referido investidor (“Operação UPI InfraCo”), cuja proposta vencedora no processo competitivo judicial foi homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial, em audiência realizada em 7 de julho de 2021, nos termos do Aditamento ao PRJ. A efetiva conclusão da transferência de ações de emissão da UPI InfraCo ficou sujeita (i) ao cumprimento das condições precedentes previstas em tal contrato, (ii) à anuência prévia da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e (iii) à aprovação da operação de alienação parcial da UPI InfraCo pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

De acordo com os termos e condições do Contrato UPI InfraCo, a Operação UPI InfraCo envolverá o aporte pela Globenet à InfraCo de uma Parcela Primária, o pagamento pela Globenet à Oi de uma Parcela Secundária, e o aporte à InfraCo de outras duas Parcelas Primárias Adicionais, além da Incorporação da Globenet pela InfraCo.

O valor da Operação UPI InfraCo, considerando o somatório da Parcela Primária; da Parcela Secundária; das Parcelas Primárias Adicionais; e do valor justo da Incorporação da Globenet, totalizará um montante de R\$ 12,9 bilhões (“Preço de Fechamento da UPI InfraCo”) pela venda de 57,9% do capital social da Companhia, o qual está sujeito a mecanismos de ajuste de preço com base em determinadas métricas financeiras e operacionais de desempenho da Companhia.

Após a confirmação e/ou verificação de todas as condições precedentes para conclusão da Operação UPI InfraCo, conforme previstas no Contrato UPI InfraCo, bem como após o pagamento de todas as Parcelas Primárias e Secundária e conclusão da Incorporação da Globenet previstos no Contrato UPI InfraCo, os acionistas da Globenet passarão a ser titulares de ações representativas de 57,9% do capital social votante e total da Companhia, permanecendo a Oi com a participação restante no capital votante e total. Assim como ocorrerá com o Preço de Fechamento da UPI InfraCo, referida participação também estará sujeita a ajustes decorrentes das condições de fechamento da transação. Mediante o fechamento da Operação entrará em vigor um acordo de acionistas entre a Oi e os acionistas da Globenet para regular sua relação como acionistas da Companhia.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 18 de outubro de 2021, o CADE publicou o Despacho SG N° 1538/2021, aprovando a Operação UPI InfraCo sem restrições, sendo certo que, nos termos da legislação aplicável, a decisão de aprovação se tornaria definitiva no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados de sua publicação, caso não houvesse recurso de terceiros interessados ou avocação da operação pelo Tribunal Administrativo do CADE. Em 4 de novembro de 2021, foi expedida a Certidão de Trânsito em Julgado da aprovação sem restrições pelo CADE da Operação UPI InfraCo, nos termos do Ato de Concentração n° 08700.005071/2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 21 de janeiro de 2022, foi aprovado o aporte de recursos da Globenet na Companhia na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”), como antecipação dos valores devidos pela Globenet a título da Parcela Primária da Operação UPI InfraCo, observados os termos do Contrato UPI InfraCo. É importante ressaltar que o referido AFAC não implica na aquisição de ações de emissão da Companhia pela Globenet e, conseqüentemente, no seu ingresso no capital social da Companhia nem, tampouco, em qualquer alteração no controle da Companhia até o fechamento da Operação UPI InfraCo, o que somente ocorrerá com o fechamento da Operação UPI InfraCo.

Em 5 de maio de 2022, a ANATEL, em deliberação na 912ª Reunião do Conselho Diretor, concedeu anuência prévia à operação de alienação do controle da UPI InfraCo pela Oi para o Investidor. A efetiva conclusão da Operação InfraCo está sujeita, ainda, ao cumprimento de certas condicionantes impostas pela ANATEL e de condições precedentes usuais para operações dessa natureza, previstas no Contrato UPI InfraCo.

2. Financiamento previsto no Aditamento ao PRJ

Debêntures da SPE Infraco - Seção 5 do Aditamento ao PRJ

No dia 18 de fevereiro de 2021, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a Companhia celebrou escritura de emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para colocação privada, no valor total de até R\$ 2.500.000.000,00 (“Debêntures Infraco”, “Emissão Infraco” e “Escritura de Emissão Infraco”, respectivamente).

A Emissão Infraco foi aprovada com fundamento no que prevê a Seção 5 do Aditamento ao PRJ. Como previsto no Aditamento ao PRJ e na Escritura de Emissão Infraco, a Oi, será titular de uma opção de compra da totalidade das ações preferenciais de titularidade dos Debenturistas em decorrência da Conversão. Alternativamente, e a exclusivo critério da Oi (por si e na qualidade de sucessora por incorporação da Telemar e da Oi Móvel), a Companhia poderá resgatar a totalidade das ações preferenciais de titularidade dos Debenturistas em decorrência da Conversão.

As Debêntures Infraco são conversíveis em ações preferenciais resgatáveis, representativas da maioria das ações com direito a voto da Companhia, tem vencimento em 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão – Emissão Infraco (abaixo definida), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e de vencimento antecipado das Debêntures Infraco previstas na respectiva Escritura de Debêntures Infraco e contam com garantias reais prestadas pela Companhia.

Em 26 de maio de 2021 (“Data de Emissão – Emissão Infraco”), a Oi divulgou Comunicado ao Mercado informando aos acionistas e ao mercado em geral da conclusão da subscrição e integralização da colocação privada da Emissão Infraco no valor total de R\$ 2.500.000.000,00.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para maiores informações sobre os objetivos do Aditamento ao PRJ, bem como sobre a composição de cada UPI prevista no Aditamento ao PRJ, incluindo a UPI InfraCo, e os termos e condições aplicáveis à sua alienação, inclusive àquelas relativas à estrutura e ao preço mínimo, favor consultar o Aditamento ao PRJ disponibilizado, para fins de consulta, no endereço eletrônico www.recjud.com.br.

Continuidade das operações

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial, com relação a suas controladoras, e embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se as condições e circunstâncias que, por sua própria natureza, indicam incertezas relevantes que podem afetar o êxito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas substanciais sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi, incluindo a Companhia. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do Aditamento ao PRJ (Nota 1) e depende, em última análise, do êxito do Processo de Recuperação Judicial e da concretização de outras previsões das Empresas Oi.

As controladoras da companhia têm obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial. Em 31 de dezembro de 2021, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 10.846.926, o prejuízo do exercício montava a R\$ 719.144 e o capital circulante líquido negativo montava a R\$ 3.572.236. Em 31 de dezembro de 2020, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 3.267.078, o prejuízo do exercício montava a R\$ 140.719 e o capital circulante líquido negativo montava a R\$ 2.995.022.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM e que estão em conformidade com as IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” emitidas pelo IASB – “*International Accounting Standards Board*”. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

(b) Principais políticas contábeis

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia atua, como operadora no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Informações por segmentos

A Administração monitora e acompanha o desempenho das ofertas de serviços na visão de um único segmento de clientes do atacado, sendo os resultados no que tange os recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas, consistentes com os relatórios internos fornecidos para a Diretoria. Informações sobre o segmento operacional são apresentados nas Nota 23.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado por contas bancárias e equivalentes caixa de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo na data de encerramento do exercício apresentado e não superam o valor de mercado (Nota 8).

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados de acordo com a sua finalidade em: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) valor justo por meio do resultado.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração: (1) ativos mensurados ao custo amortizado - ou seja, ativos financeiros que atendem às seguintes condições: (i) o modelo de negócios sob o qual os ativos financeiros são mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas especificadas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto (contas a receber, empréstimos e equivalentes de caixa). O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”; (2) ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e “*impairment*” são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; e (3) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos no reconhecimento inicial.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios. A estimativa das perdas esperadas em contas a receber de clientes é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa das perdas esperadas em contas a receber de clientes é elaborado com base no modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros que se baseia em matrizes de provisão por categoria de clientes (Nota 9).

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (quando aplicável). Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, para a qual a Companhia revisa anualmente (Nota 13).

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado, atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

O passivo financeiro de empréstimos e financiamentos é desreconhecido quando a dívida é extinta ou quando ocorre modificação substancial nos termos contratuais.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento mercantil em seu balanço patrimonial com relação aos ativos arrendados. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que consiste no valor inicial da mensuração do passivo de arrendamento mercantil, acrescidos de custos diretos iniciais incorridos, estimativa de custos para desmontar e remover o ativo no final do arrendamento, outros pagamentos feitos antes da data de início do arrendamento, e calculados a valor presente, descontados pela taxa de empréstimo incremental. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos (Nota 19).

Para a mensuração do valor das provisões a constituir a Companhia adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo.

O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos tem individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo a Companhia faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 / IAS 37, bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda, quando aplicável.

O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo a Companhia faz uso de pareceres externos de especialistas nas áreas abrangidas para avaliação do risco de perda.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

- Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia em benefício de seus empregados são administrados pela Fundação Atlântico de Seguridade Social. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência (Nota 22).

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia conta com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

- Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico, o custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia.

A receita é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia aplicou os julgamentos que afetam significativamente a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita de contrato com o cliente, considerando o modelo de reconhecimento de cinco etapas: (i) identificação do contrato, (ii) identificação das obrigações de desempenho separadas no contrato, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação para as obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita quando for satisfeita a obrigação de desempenho.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dentre os serviços prestados pela Companhia destacamos: (i) serviço de cessão onerosa de meio de rede fibra óptica (capacidade de rede) cuja receita é reconhecida, mensalmente, pela prestação do serviço, sendo o valor da contraprestação determinado pelo volume contratado ao longo do tempo e (ii) serviço de instalação/habilitação para seus clientes, quando previsto contratualmente, o valor da contraprestação é fixo, cuja receita é reconhecida quando as condições contratuais são atingidas, que ocorrem quando a instalação é concluída e o serviço é aprovado pelo cliente em momento específico no tempo. Esses serviços são prestados, substancialmente, à Oi S.A, controladora da Companhia, Conforme Nota 24. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros incorridos e demais encargos sobre obrigações ou transações financeiras (Nota 6).

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração considerando a continuidade da empresa. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pela diretoria, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos (Nota 7).

Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela quantidade de ações ordinárias.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas e julgamentos contábeis críticos que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 13 e 14, respectivamente.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para UPI InfraCo, considerando o andamento das negociações de venda (Nota 1), não sendo identificada perda ao valor recuperável dos ativos.

Arrendamentos

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valor justo de passivos financeiros

As premissas sobre taxas de desconto utilizadas no cálculo do valor justo de nossos passivos financeiros estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e o desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor justo dos passivos financeiros pode ter um efeito material sobre o valor justo estimado desses passivos financeiros e os valores registrados como empréstimos e financiamentos no balanço patrimonial, bem como os valores registrados no resultado.

Provisões

A Companhia reconhece, nos termos do CPC 25 / IAS 37, provisões para contingências originadas essencialmente na esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e cível, conforme detalhado na Nota 19.

Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informação, avaliação de risco interna e externa e modelos estatísticos que entende serem adequadas, no entanto é possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 / IAS 12, a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

(d) Novas normas, alterações e interpretações de normas

(d.1) Novas normas adotadas em 1 de janeiro de 2021:

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
Aprimoramento de normas	Definição de taxas de juros de referência para aplicação das normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16	1 de janeiro de 2021

As alterações nas referidas normas não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

(d.2) Novas normas, interpretações e emendas emitidas pelo IASB que são efetivas em períodos contábeis futuros e que a Companhia decidiu por não adotar antecipadamente são os seguintes, válidas para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2022:

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IAS 37	Contrato oneroso - Classificação dos custos relacionados ao cumprimento de contrato oneroso.	1 de janeiro de 2022
IAS 16	Imobilizado - Classificação de itens antes do imobilizado estar em condições de operação	1 de janeiro de 2022
IFRS 3	Estrutura conceitual	1 de janeiro de 2022
Aprimoramento de normas	IFRS 1 - Aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9 - Critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16 - Exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41 - Aspectos de mensuração a valor justo	1 de janeiro de 2022
IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante.	1 de janeiro de 2023
IFRS 4	Contrato de seguros - Isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras	1 de janeiro de 2023
IFRS 17	Nova norma para Contratos de Seguros em substituição do IFRS 4	1 de janeiro de 2023

A Companhia não espera impacto dessas alterações nas normas contábeis.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Mensuração do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“non performance risk”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40/ IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

A Companhia procedeu uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia:

	Mensuração contábil	Hierarquia do valor justo	2021		2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Contas bancárias	Valor justo	Nível 1	3.125	3.125	1.692	1.692
Equivalentes de caixa (i)	Valor justo	Nível 1	169.153	169.153	178.524	178.524
Contas a receber de clientes (ii)	Custo		595.573	595.573	89.575	89.575
Passivos						
Fornecedores (ii)	Custo amortizado		1.893.383	1.893.383	832.343	832.343
Empréstimos e financiamentos						
Debêntures privadas (iii)	Custo amortizado		2.870.768	2.870.768		
Dívidas com partes relacionadas	Custo amortizado		2.582.200	2.582.200	2.426.474	2.426.474
Arrendamentos (iv)	Custo amortizado		21.780	21.780	13.129	13.129
Programa de refinanciamento fiscal	Custo amortizado		419	419	555	555

Na data de encerramento do período findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possuía operações de derivativos contratadas vigentes.

(i) Os equivalentes de caixa negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação.

(ii) Os saldos de contas a receber estão representados substancialmente por transações com parte relacionadas (Nota 24) têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Os saldos de fornecedores, representados em parte por transações com partes relacionadas (Nota 24), estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas.

(iii) Os saldos de debêntures privadas correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo deste instrumento semelhante ao valor contábil.

(iv) Os arrendamentos a pagar estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas, ajustadas a valor presente.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de elevações da inflação, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros e da inflação sobre fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

A Gerência de Gestão de Riscos Financeiros identifica, avalia e cobre os riscos financeiros em conjunto com as unidades operacionais da Companhia. A Administração fornece os princípios escritos para gerenciamento de risco global, bem como as políticas que abrangem áreas específicas, tais como risco das taxas de câmbio, se houver, e de juros, risco de crédito e investimentos de liquidez imediata.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos, bem como o grau de apetite da companhia a eles.

3.2.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento financeiro (FIFs) e aplicações em carteira própria em títulos privados (CDBs pós-fixados) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. As carteiras dos FIFs são constituídas principalmente por títulos públicos federais (pós-fixados) e CDBs emitidos por instituições financeiras de primeira linha (pós-fixados).

Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional, atualizados pela variação do IPCA. Cabe ressaltar que, com a conclusão da venda da UPI InfraCo, prevista para o mês de maio, a dívida indexada ao IPCA será integralmente pré-paga, não representando, portanto, risco de taxa de juros para a Companhia nesta data

O risco inerente aos passivos em IPCA surge em razão da possibilidade de existir flutuação deste indexador.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos e passivos financeiros estão assim representados no balanço:

	2021		2020	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	169.153	169.153	178.524	178.524
Passivos financeiros				
Debêntures privadas	2.870.768	2.870.768		
Dívidas com partes relacionadas	2.582.200	2.582.200	2.426.474	2.426.474

(b) Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui ativos ou passivos financeiros sujeitos ao risco cambial.

3.2.2. Risco de crédito

O risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da concentração da carteira em empresa do próprio grupo. Não se constitui créditos de liquidação duvidosa para os recebíveis de empresas do grupo.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, bem como para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, além de investir em novos negócios.

Conforme descrito na Nota 16 – Empréstimos e Financiamentos, no primeiro trimestre de 2021, a Companhia celebrou a escritura de 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, no valor total de até R\$ 2.500 milhões. Essa é mais uma etapa prevista nos termos do Aditamento ao PRJ, em linha com o plano estratégico de transformação da Companhia para fortalecer o caixa a ser utilizado como *funding* na manutenção do elevado nível de CAPEX.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia espera atender as suas necessidades de fluxos de caixa de curto prazo com a utilização de caixa gerado nas suas operações, com valores provenientes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), enquanto não houver o com o recebimento dos recursos relativos à Oferta Primária, no âmbito da venda do controle da Companhia pela sua atual controladora, bem como a posição de liquidez existente no balanço.

No último trimestre de 2021, o Cade aprovou a venda do controle da Companhia para a Globenet, controlada pelo BTG Pactual, e Warrington Investment, do fundo soberano GIC Infra. Em maio de 2022 a Anatel concedeu anuência prévia a tal alienação, sujeita ao cumprimento de determinadas condicionantes comumente estabelecidas pela agência, estando a efetiva conclusão da venda sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais para operações dessa natureza.

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

3.2.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

Ao final de 31 de dezembro de 2021 não havia risco de vencimento antecipado das dívidas da Companhia.

4. RECEITA DE SERVIÇOS

	2021	2020
Receita bruta de serviços (i)	3.173.528	435.206
Deduções da receita bruta	(171.732)	(33.472)
Tributos	(171.705)	(33.472)
Outras deduções	(27)	
Receita líquida de serviços	3.001.796	401.734

(i) Em 2021, as receitas incluem: (i) serviços prestados às Empresas Oi (Nota 24) de cessão onerosa de meios de rede FTTH de R\$ 1.922.376, serviços de instalação e/ou habilitação de R\$ 778.439, e outros serviços de R\$17.608, e (ii) outros serviços com terceiros de linhas dedicadas e serviços de transmissão de dados de R\$ 455.105. Tais receitas não são aplicáveis para 2020 pois são oriundas de contrato firmado em 2021. Em 2020 as receitas são referentes, substancialmente, a serviços ligados a transmissão de dados, sendo R\$ 289.955 de serviços prestados às Empresas Oi (Nota 24).

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segregação das receitas brutas por padrão de reconhecimento:

	2021	2020
Receita com reconhecimento ao longo do tempo (“ <i>over time</i> ”)	2.395.089	435.206
Receita com reconhecimento em momento específico (“ <i>At a point in time</i> ”)	778.439	
Total da receita bruta de serviços	3.173.528	435.206

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	2021	2020
Receitas de vendas e/ou serviços	3.001.796	401.734
Receitas (despesas) operacionais:		
Interconexão	(44.029)	
Pessoal	(136.218)	(43.169)
Serviços de terceiros	(278.398)	(102.844)
Serviço de manutenção da rede	(450.746)	
Publicidade e propaganda	(5.068)	(162)
Aluguéis e seguros	(1.134.288)	(50.495)
Provisões / Reversões	743	(3.909)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(5.099)	(336)
Tributos e outras receitas (despesas)	316.108	16.936
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(1.736.995)	(183.979)
Depreciação e amortização	(1.446.673)	(285.676)
Total das despesas operacionais	(3.183.668)	(469.655)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(181.872)	(67.921)
Resultado financeiro líquido:		
Receitas financeiras	39.211	6.345
Despesas financeiras	(684.677)	(30.728)
Total do resultado financeiro líquido	(645.466)	(24.383)
Prejuízo antes das tributações	(827.338)	(92.304)
Imposto de renda e contribuição social	108.194	(48.415)
Prejuízo do exercício	(719.144)	(140.719)
Despesas operacionais por função:		
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(3.357.381)	(422.150)
Despesas com vendas	(61.966)	(19.694)
Despesas gerais e administrativas	(81.412)	(34.384)
Outras receitas operacionais	445.523	62.018
Outras despesas operacionais	(128.432)	(55.445)
Total das despesas operacionais	(3.183.668)	(469.655)

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Receitas sobre desconto de dívidas com partes relacionadas	8.284	8.347
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas		9
Rendimentos de aplicações financeiras	28.708	2.029
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	705	(4.705)
Variações cambiais sobre outros ativos	711	601
Descontos financeiros obtidos	794	64
Outras receitas financeiras	9	
Total	39.211	6.345
Despesas financeiras e outros encargos		
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(16.558)	(16.571)
Juros sobre debentures	(379.000)	
Impostos sobre operações financeiras e encargos bancários	(106.941)	(394)
Comissões de fiança	(1.144)	(744)
Seguro garantia	(62)	(48)
Descontos financeiros concedidos	(36)	(2)
Juros sobre arrendamentos	(1.637)	(908)
Juros e comissões sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(176.289)	
Atualização monetária de provisões (i)	(1.480)	(12.061)
Juros sobre impostos e contribuições parceladas (refis)	(10)	
Outras despesas financeiras	(1.520)	
Total	(684.677)	(30.728)
Resultado financeiro	(645.466)	(24.383)

(i) Em 2020 inclui a provisão de autos de infração de FUST/FUNTELL de contingências tributárias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária combinada de 34%.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social		
Tributos correntes	(57.088)	(675)
Tributos diferidos (Nota 10)	165.282	(47.740)
Total	108.194	(48.415)

	2021	2020
Prejuízo antes das tributações	(827.338)	(92.304)
IRPJ E CSLL		
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado – Alíquota nominal (34%)	281.295	31.383
Incentivos fiscais	30	
Adições permanentes (i)	(57.919)	(3.951)
Provisão para perda de créditos fiscais diferidos	(115.212)	(75.847)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	108.194	(48.415)
Alíquota efetiva - %	(13,08%)	52,45%

(i) Os efeitos tributários de adições permanentes estão representados por Despesa Depreciação IRU, Redução IR e CS s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa CS por Cisão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e contas bancárias	3.125	1.692
Equivalentes de caixa	169.153	178.524
Total	172.278	180.216

	2021	2020
Operações compromissadas (i)	168.670	157.319
Títulos privados (ii)	242	8.609
CDB – Certificado de Depósito Bancário	192	12.596
Outros	49	
Equivalentes de caixa	169.153	178.524

(i) Lastreadas em Títulos Públicos, possuem remuneração atrelada à taxa Selic.

(ii) Representados, principalmente, por letras financeiras do tesouro de bancos privados com remuneração atrelada à taxa CDI e de liquidez imediata.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores de equivalentes de caixa são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, alocados preferencialmente em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

9. CONTAS A RECEBER

	2021	2020
Serviços faturados	593.990	92.091
Serviços a faturar	7.260	1.441
Subtotal:	601.250	93.532
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(5.677)	(3.957)
Total	595.573	89.575

Os montantes demonstrados acima incluem transações entre partes relacionadas (Nota 24).

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	2021	2020
A vencer	338.353	20.894
Vencidas até 60 dias	57.174	53.439
Vencidas de 61 a 90 dias	23.000	937
Vencidas de 91 a 120 dias	20.821	1.006
Vencidas de 121 a 150 dias	20.587	568
Acima de 150 dias	141.315	16.688
Total	601.250	93.532

As movimentações nas perdas esperadas em contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2021
Saldo em 2019	(4.176)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(336)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	555
Saldo em 2020	(3.957)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(5.099)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	3.379
Saldo em 2021	(5.677)

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS

	ATIVO	
	2021	2020
Tributos correntes a recuperar		
IR a recuperar	2.141	5.014
CS a recuperar	70	
IRRF/CSLL – Impostos retidos na fonte	7.691	1.397
Circulante	9.902	6.411
Tributos diferidos a recuperar		
IR e CS sobre diferenças temporárias ¹	117.542	
Não circulante	117.542	

¹ Vide quadro de movimentação abaixo.

	PASSIVO	
	2021	2020
Tributos diferidos a recolher		
Imposto de renda sobre diferenças temporárias		35.103
Contribuição social sobre diferenças temporárias		12.637
Não Circulante		47.740

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 2020	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 2021
Tributos diferidos ativos com relação a:				
Provisões	20.788	(147)		20.641
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa (Principal)	899	25		924
Provisões para fundos de pensão	(83)	227	(344)	(200)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	3.292	2.093		5.385
Participação nos lucros	4.390	57		4.447
Outras adições e exclusões temporárias	1.190	22.445		23.635
Arrendamentos	301	38		339
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	30.777	24.738	(344)	55.171
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL		593.234		593.234
Total de tributos diferidos ativos	30.777	617.972	(344)	648.405
Tributos diferidos passivos				
Diferenças temporárias e IR e CS Passivo	(54.982)	(337.478)		(392.460)
Provisão ao valor de recuperação (i)	(23.535)	(115.212)	344	(138.403)
Total de tributos diferidos passivos	(47.740)	165.282		117.542

(i) A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável de ativo fiscal diferido, caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseado em demonstrativo de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, e no confronto da estimativa das parcelas anuais de realização das diferenças temporárias ativas e passivas.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO	
	2021	2020
ICMS a recuperar (i)	450.797	129.272
PIS e COFINS	1.754	1.415
Outros	1.133	2.205
Total	453.684	132.892
Circulante	150.992	40.637
Não circulante	302.692	92.255

	PASSIVO	
	2021	2020
Impostos retidos na fonte (ii)	66.888	
PIS e COFINS	14.994	2.761
Outros	3.364	7.399
Total	85.246	10.160
Circulante	81.291	6.074
Não circulante	3.955	4.086

- (i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.
- (ii) Representado, principalmente, por imposto de renda devido na emissão da Debênture privada.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota. A Companhia reconhece no ativo circulante o valor que se espera ser resgatado de depósitos judiciais ou valor que se espera ser compensado de depósitos judiciais contra provisões nos próximos doze meses.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

	2021	2020
Trabalhistas	169	1.667
Tributárias	32.374	32.943
Cíveis	6.259	1.124
Subtotal	38.802	35.734
Perda estimada		(730)
Total	38.802	35.004
Circulante	1.229	383
Não circulante	37.573	34.621

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. IMOBILIZADO

	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Direito de uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)								
Saldo em 01/01/2020	7.231		455.905	82.531		24.982	194.226	764.875
Reestruturação societária (i)	414.368	55.321	5.081.515	433.885	2.568		24.777	6.012.434
Modificações contratuais						1.185		1.185
Adições	1.656.984		45.094			10.374	714	1.713.166
Baixas	(2.910)		(3.872)	(40.867)		(16.825)	(11.560)	(76.034)
Transferências	(1.431.276)		1.422.222	5.177	1.265		2.612	
Saldo em 2020	644.397	55.321	7.000.864	480.726	3.833	19.716	210.769	8.415.626
Reestruturação societária (i)	557.978	(44.180)	14.367.044	7.283.594	330.645		(98.625)	22.396.456
Modificações contratuais						1.441		1.441
Adições	4.034.871		17.878	3.120		15.797	1.743	4.073.409
Baixas	(11.035)		(19.259)	(5.335)	(10)	(2.999)	(12)	(38.650)
Transferências	(3.176.612)	6.605	3.100.328	59.074	(1.344)		11.949	
Saldo em 2021	2.049.599	17.746	24.466.855	7.821.179	333.124	33.955	125.824	34.848.282
Depreciação acumulada								
Saldo em 01/01/2020			(359.343)	(72.447)		(5.952)	(173.856)	(611.598)
Reestruturação societária (i)		(17.812)	(927.164)	(231.364)	(1.271)		(20.361)	(1.197.972)
Despesas de depreciação		(1.051)	(262.445)	(8.069)	(38)	(6.112)	(5.391)	(283.106)
Baixas			2.849	25.757		4.828	8.350	41.784
Transferências								
Saldo em 2020		(18.863)	(1.546.103)	(286.123)	(1.309)	(7.236)	(191.258)	(2.050.892)
Reestruturação societária (i)		14.426	(9.029.222)	(5.231.501)	(269.621)		100.409	(14.415.509)
Despesas de depreciação		(3.229)	(1.279.868)	(128.474)	(8.890)	(7.477)	(12.354)	(1.440.292)
Baixas			7.190	1.491	3	1.543	4	10.231
Transferências		537	(93)	(439)	241		(246)	
Saldo em 2021		(7.129)	(11.848.096)	(5.645.046)	(279.576)	(13.170)	(103.445)	(17.896.462)
Imobilizado líquido								
Saldo em 2020	644.397	36.458	5.454.761	194.603	2.524	12.480	19.511	6.364.734
Saldo em 2021	2.049.599	10.617	12.618.759	2.176.133	53.548	20.785	22.379	16.951.820
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	8%	15%	

⁽¹⁾ Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

(i) Representado pela conferência de acervo incorporado pela Companhia em 2020 e 2021, a valor de livros, via aumento de capital, relativamente ao processo de segregação de ativos, passivos e direitos relativos à operação de redes de fibra ótica da UPI InfraCo (Nota 1, item 1.1 UPI InfraCo, e Nota 26 item c).

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações adicionais

De acordo com o Regulamento de Continuidade da Anatel (“RCON” – Res. 744) somente os bens utilizados exclusivamente para a prestação do STFC deverão retornar para a União com o fim da concessão, cabendo à concessionária indenização pelo valor não amortizado. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo residual dos bens reversíveis registrados na Companhia é de R\$2.235.478.

Movimentação dos direitos de uso - arrendamentos

	Espaço físico	Veículos	Imóveis	Total
Saldo em 01/01/2020	8.700		16.282	24.982
Modificações contratuais	1.185			1.185
Adições	10.374			10.374
Baixas	(596)		(16.229)	(16.825)
Saldo em 2020	19.663		53	19.716
Modificações contratuais	1.441			1.441
Adições	6.219	6.611	2.967	15.797
Baixas	(2.110)		(889)	(2.999)
Saldo em 2021	25.213	6.611	2.131	33.955
Depreciação acumulada				
Saldo em 01/01/2020	(3.194)		(2.758)	(5.952)
Despesas de depreciação	(4.195)		(1.917)	(6.112)
Baixas	193		4.635	4.828
Saldo em 2020	(7.196)		(40)	(7.236)
Despesas de depreciação	(4.945)	(2.204)	(328)	(7.477)
Baixas	1.457		86	1.543
Saldo em 2021	(10.684)	(2.204)	(282)	(13.170)
Direito de uso líquido				
Saldo em 2020	12.467		13	12.480
Saldo em 2021	14.529	4.407	1.849	20.785

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. INTANGÍVEL

	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 01/01/2020	459	49.446	12.225	495	62.625
Reestruturação societária (i)		2.999		882	3.881
Adições	5.344	(107)			5.237
Baixas	(5.803)	(44.853)	(12.225)		(62.881)
Saldo em 2020		7.485		1.377	8.862
Reestruturação societária (i)	99	69.473			69.572
Adições	30.893				30.893
Transferências	(30.907)	30.907			
Saldo em 2021	85	107.865		1.377	109.327
Amortização acumulada					
Saldo em 01/01/2020		(41.081)	(9.488)	(495)	(51.064)
Reestruturação societária (i)		(2.959)		(882)	(3.841)
Despesas de amortização		(2.145)	(425)		(2.570)
Baixas		43.711	9.913		53.624
Saldo em 2020		(2.474)		(1.377)	(3.851)
Reestruturação societária (i)		(41.052)			(41.052)
Despesas de amortização		(6.381)			(6.381)
Saldo em 2021		(49.907)		(1.377)	(51.284)
Intangível líquido					
Saldo em 2020		5.011			5.011
Saldo em 2021	85	57.958			58.043
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	18%	

(i) Representado pela conferência de acervo incorporado pela Companhia em 2020 e 2021, a valor de livros, via aumento de capital, relativamente ao processo de segregação de ativos, passivos e direitos relativos à operação de redes de fibra ótica da UPI InfraCo (Nota 1, item 1.1 UPI InfraCo, e Nota 26 item c)

15. FORNECEDORES

	2021	2020
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção de planta	671.049	681.676
Serviços	1.051.546	110.604
Aluguel de postes e direito de passagem	1.849	121
Outros	44.039	39.942
Total	1.768.483	832.343
Circulante	1.768.483	832.343

Os montantes demonstrados acima incluem transações entre partes relacionadas (Nota 24).

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	2021	2020
Debêntures Privadas	2.879.000	
Custo de transação incorrido	(8.232)	
Total Não circulante	2.870.768	

Composição da dívida por moeda e indexador

	2021	2020
Reais - IPCA + 11% a.a.	2.870.768	

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2020	Captação	Juros e variação monetária e cambial	Transferências e outros	2021
Empréstimos e Financiamentos		2.500.000	379.000		2.879.000
Custo de transação		(45.710)		37.478	(8.232)
Total empréstimos e financiamentos		2.454.290	379.000	37.478	2.870.768

Em 18 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou a escritura de 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, no valor total de até R\$ 2.500 milhões (“Debêntures Companhia 1ª Emissão”), nos termos do Aditamento ao PRJ das Empresas Oi. As Debêntures Companhia 1ª Emissão, possuem capitalização mensal atualizada pela variação do IPCA + 11% a.a., com juros incorporados ao principal e pagos em uma única parcela no vencimento da emissão, em 26 de maio de 2023 ou na conclusão da alienação do controle da UPI InfraCo, o que ocorrer primeiro.

Garantias

As Debêntures da Companhia 1ª Emissão são integralmente garantidas pelos direitos, inclusive creditórios, presentes e futuros, não se limitando ao fluxo de receitas da Companhia, assim como pelos seus ativos operacionais, bem como pelos valores a serem pagos pelo potencial adquirente da parcela acionária da UPI InfraCo no âmbito dos documentos definitivos relativos à esta operação de alienação, exceto os recursos pagos em contrapartida à aquisição da própria parcela acionária da UPI InfraCo. A sua controladora Oi presta aval para este instrumento. O montante total de garantias é de R\$ 2.879.000.

“Covenants”

Não há *covenants* financeiros relativos às Debêntures da Companhia 1ª Emissão.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. ARRENDAMENTOS A PAGAR

	2021	2020
Espaço físico	15.428	13.115
Veículos	4.445	
Imóveis	1.907	14
Total	21.780	13.129
Circulante	12.133	5.245
Não circulante	9.647	7.884

Movimentação dos arrendamentos a pagar

	2021
Saldo em 01/01/2020	19.847
Novas contratações	10.374
Cancelamentos	(12.630)
Juros	1.540
Pagamentos	(7.187)
Modificações contratuais	1.185
Saldo em 2020	13.129
Novas contratações	15.798
Cancelamentos	(1.501)
Juros	1.681
Pagamentos	(8.768)
Modificações contratuais	1.441
Saldo em 2021	21.780

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar de longo prazo

	2021
2023	6.243
2024	3.485
2025	1.094
2026	650
2027 a 2031	1.361
2032 e exercícios seguintes	196
Total	13.029
Juros	(3.382)
Não circulante	9.647

O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado, através da projeção dos pagamentos futuros, descontados pelas taxas de desconto, que variam de 10,79% a 12,58% a.a.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contratos não reconhecidos como arrendamentos a pagar

A Companhia optou por não reconhecer um passivo de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (arrendamentos com prazo esperado de 12 meses ou menos) ou para arrendamentos de ativos de baixo valor. Em 31 de dezembro de 2021, tais arrendamentos foram reconhecidos no resultado no montante de R\$ 1.773.

Informações complementares

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, de 18 de dezembro de 2019 e ao Ofício Circular SNC/SEP01/20, de 5 de fevereiro de 2020, segue abaixo informações complementares:

Maturidade vencimento	Taxa média desconto	2023	2024	2025	2026	2027 a 2031	Acima de 2032
Até 2023	10,79%	843					
2024 até 2030	12,27%	5.158	3.243	852	408	196	
2031 até 2034	12,58%	242	242	242	242	1.165	196
Total		6.243	3.485	1.094	650	1.361	196
Inflação projetada¹		4,78%	4,21%	4,45%	4,80%	5,50%	5,79%

18. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	2021	2020
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009	419	555
Total	419	555
Circulante	140	145
Não circulante	279	410

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e Medida Provisória nº 766/2017, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão (ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009), levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	2021			2020
	Principal	Juros	Total	Total
COFINS	9	326	335	443
PIS	3	76	79	105
Imposto de renda / Contribuição social sobre o lucro	1	4	5	7
Total	13	406	419	555

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	2021
2022	148
2023	148
2024	123
Total	419

19. PROVISÕES

Composição do saldo

	2021	2020
Tributárias		
(i) ICMS	2.500	3.923
(ii) INSS	1.900	1.883
(ii) FUST/FUNTEL	13.090	11.508
Demais ações	650	1.411
Total	18.140	18.725
Trabalhistas		
(i) Adicionais Diversos	194	531
(ii) Horas Extras	194	327
(iii) Indenizações	71	117
(iv) Honorários Advocatícios/Periciais	65	1.264
(v) Verbas Rescisórias	39	
(vi) Estabilidade / Reintegração	38	74
(vii) Diferenças Salariais	26	267
(viii) Demais Ações	42	554
Total	669	3.134
Cíveis		
(i) Demais ações	45.692	42.074
Total	45.692	42.074
Total das Provisões	64.501	63.933
Circulante	581	161
Não circulante	63.920	63.772

De acordo com as leis aplicáveis aos processos trabalhistas, tributários e cíveis, os processos judiciais são mensalmente atualizados monetariamente, considerando os índices de correção aplicáveis, sendo os principais índices de atualização o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Taxa Referencial (TR) e Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resumo das movimentações dos saldos de provisões

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2020	2.679	7.755	35.807	46.241
Atualização monetária	9.928	(1.612)	3.745	12.061
Adições / (reversões)	7.515	(6.280)	2.674	3.909
Baixas por pagamentos / encerramentos	(1.397)	3.271	(152)	1.722
Saldo em 2020	18.725	3.134	42.074	63.933
Atualização monetária	(513)	(1.623)	3.616	1.480
Adições / (reversões)	(82)	(696)	35	(743)
Baixas por pagamentos / encerramentos	10	(146)	(33)	(169)
Saldo em 2021	18.140	669	45.692	64.501

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	2021	2020
Tributária	49.821	45.608
Trabalhista	242	21
Total	50.063	45.629

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

Provisões

Tributárias:

- (i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) exigência de complemento de tributação para determinados serviços que, na verdade, são considerados “não medidos”; (c) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (d) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias;
- (ii) Tributos federais – Autuações diversas que exigem impostos e contribuições federais sobre fatos qualificados de forma supostamente inadequada pela Companhia ou sobre diferenças na apuração e cálculos destes tributos.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trabalhistas:

- (i) Honorários advocatícios/periciais – parcelas a pagar nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando se faz necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial;
- (ii) Adicionais diversos – referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade com base no artigo 193 da CLT e na OJ 385, adicional de insalubridade, adicional de transferência e comissões sobre vendas;
- (iii) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada e de sobreaviso;
- (iv) Diferenças salariais – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas, além do suposto acúmulo de funções pelo autor; diferenças por dirigir veículo; pedidos de diferenças a título de salário família e integração de verbas em geral;
- (v) FGTS – reclamações referentes às supostas diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e reflexo de outras verbas trabalhistas deferidas que afetam o saldo da conta vinculada;
- (vi) Indenizações – referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doenças do trabalho, danos morais e/ou materiais; seguro desemprego, além de indenizações pela suposta falta de pagamento de benefícios como vale transporte, creche, alimentação/refeição, etc;
- (vii) Estabilidade / reintegração – referem-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- (viii) Demais Ações – refere-se a questionamentos diversos relativos a pagamentos de assistência médica/odontológica, contribuição sindical patronal, entre outros.

Cíveis:

- (i) Demais ações - refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra a Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

As provisões destas contingências são calculadas de forma individual considerando a avaliação de risco da Administração e dos seus assessores legais.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo contingente

A Companhia também possui diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 242 (2020 – R\$ 21).

Tributária

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) ICMS – Diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais se destacam dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante de R\$ 22.957 (2020 - R\$ 20.593);
- (ii) ISS – Suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante de R\$ 13.113 (2020 - R\$ 12.632);
- (iii) Tributos federais – Diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS, FUNTELL e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 13.751 (2020 - R\$ 12.383).

Cível

A classificação de risco tem fundamento no estágio processual, nas evidências do processo e na avaliação dos consultores internos e externos (quando necessário). As ações judiciais que não possuem nenhuma decisão que indique grande chance de perda ou ganho e/ou ainda está sujeita à revisão de instâncias superiores do Poder Judiciário, independentemente do objeto, poderá ter seu risco classificado como possível e ser passível, portanto, de informação através de notas explicativas no balanço. Os principais objetos estão associados a indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 51.655 (2020 - R\$ 44.725). Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

20. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	2021	2020
Provisão para investimentos		34.982
Receitas a apropriar (i)	115.253	120.246
Outros	26.563	24.785
Total	141.816	180.013
Circulante	38.988	69.377
Não circulante	102.828	110.636

- (i) Refere-se aos valores recebidos antecipadamente, em virtude de contrato firmado para cessão de uso de ativos de infraestrutura e fibras ópticas.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 10.112.170 (2020 - R\$ 2.013.310), nas datas de encerramento dos balanços apresentava a composição abaixo descrita:

	2021		2020	
	% Participação	Total de ações	% Participação	Total de ações
Oi Móvel (*)	31,66	654.376	99,99	611.585
Oi SA	68,34	1.412.511		
Telemar			00,01	1
Total	100	2.066.887	100	611.586

(*) Incorporada pela controladora Oi em fevereiro de 2022 (Nota 1).

No decorrer de 2020 e 2021, os seguintes aumentos de capital foram realizados em contrapartida aos acervos incorporados, relativamente ao processo de segregação de ativos, passivos e direitos relativos à operação de redes de fibra ótica da UPI InfraCo (Nota 1).

AGE de 20 de dezembro de 2021 aprovado aumento de capital no montante de R\$ 569.959.973,44, mediante a emissão de 106.569 novas ações.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

AGE de 1º de dezembro de 2021, aprovada redução do capital no montante de R\$ 244.042.514,08, bem como o cancelamento de 45.014 ações.

AGE de 15 de novembro de 2021, aprovado aumento de capital no montante de R\$ 1.740.987.952,43, mediante a emissão de 316.111 novas ações.

AGE de 27 de setembro de 2021, aprovado aumento de capital no montante de R\$ 5.884.740.642,68, mediante a emissão de 1.048.739 novas ações.

AGE de 1º de setembro de 2021, aprovada redução do capital no montante de R\$ 133.087.317,24, bem como o cancelamento de 22.608 ações.

AGE de 1º de março de 2021, aprovado aumento de capital no montante de R\$ 298.000.000,00, mediante a emissão de 51.504 novas ações.

AGE de 1º de janeiro de 2021, aprovada a redução de capital no montante de R\$ 17.698.607,37, sem cancelamento de ações.

AGE de 30 de dezembro de 2020, aprovado aumento de capital no montante de R\$ 700.000.000,00, com a emissão de 212.640 novas ações.

AGE de 13 de outubro de 2020, aprovado aumento de capital no montante de R\$ 1.673.412.964,45, com a emissão de 52.700 novas ações, sendo o montante de R\$ 173.485.677,43 atribuídos à conta de capital social e o montante de R\$ 1.499.927.287,02 atribuídos à conta de reserva de capital.

AGE de 1º de setembro de 2020, aprovada a redução de capital no montante de R\$ 29.095.147,57, sem cancelamento de ações.

AGE de 8 de junho de 2020, aprovado aumento de capital no montante de R\$ 822.673.091,98, sem emissão de novas ações.

(b) Reservas de capital

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representado por acervo líquido incorporado pela Companhia quando do aumento de capital aprovado em 13 de outubro de 2020.

(c) Destinação do resultado e Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou prejuízo no exercício no montante de R\$ 719.144 a ser destinado à conta de prejuízos acumulados.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Prejuízo por ação básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	2021	2020
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(719.144)	(140.719)
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas	(719.144)	(140.719)
Média ponderada das ações (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias – básicas	318	51
Prejuízo por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(2.261,58)	(2.761,06)

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Planos de pensão

A Companhia patrocina o plano TCSPREV de benefícios de aposentadoria (“Planos de pensão”) a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos, administrado pela Fundação Atlântico de Seguridade Social (“FATL”).

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as avaliações atuariais foram realizadas pela PREVUE Consultoria. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	2021	2020
Plano TCSPREV	343	127
Total	343	127
Circulante	343	127

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Plano

TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2000.0028-38.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de contribuição básica de 8% do SP.

Observados os critérios regulamentares, as contribuições de Patrocinadoras, relativas a cada Participante do grupo TCSPREV, cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que o Participante completar 60 anos de idade, 10 anos de Serviço Creditado e 10 anos de vinculação ao Plano.

Para os participantes migrados, as contribuições de Patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o Participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao Plano TCSPREV, 10 anos de Serviço Creditado na Patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da Previdência Social.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

Situação do plano patrocinado, reavaliados na data de encerramento do exercício social

Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2021
	PLANOS DE PENSÃO
	TCSPREV
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	673
Juros sobre obrigações atuariais	49
Custo do serviço corrente	8
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	529
Pagamento de benefícios do ativo do Plano	(34)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.225
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.643
Rendimentos dos ativos do plano	123
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	2.692
Pagamento de benefícios do ativo do Plano	(34)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	4.424
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(3.200)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.857
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido⁽¹⁾	(343)

	2020
	PLANOS DE PENSÃO
	TCSPREV
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	705
Juros sobre obrigações atuariais	50
Custo do serviço corrente	9
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(59)
Pagamento de benefícios do ativo do Plano	(32)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	673
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.421
Rendimentos dos ativos do plano	103
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	151
Pagamento de benefícios do ativo do Plano	(32)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.643
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(970)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	843
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido⁽¹⁾	(127)

- (1) A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Companhia, no valor de R\$ 343 (2020 – R\$ 127), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Componentes de despesas (receitas) dos benefícios

	2021
	PLANOS DE PENSÃO
	TCSPREV
Custo do serviço corrente	8
Juros sobre obrigações atuariais	49
Rendimento dos ativos do plano	(123)
Juros sobre o passivo oneroso	64
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	(2)
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	(2.163)
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	1.949
Total da despesa (receita) reconhecida	(216)

	2020
	PLANOS DE PENSÃO
	TCSPREV
Custo do serviço corrente	9
Juros sobre obrigações atuariais	50
Rendimento dos ativos do plano	(103)
Juros sobre o passivo oneroso	40
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	(4)
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	(210)
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	268
Total da despesa (receita) reconhecida	54

Principais premissas atuariais adotadas

	2021
	PLANOS DE PENSÃO
	TCSPREV
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,88%
Taxa estimada de inflação	3,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	Por patrocinadora
Índice estimado de aumento nominal dos	3,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	8,88%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 15%, segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Álvaro Vindas, agravada em 100%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49, segregada por sexo
Taxa de rotatividade	Por patrocinadora
Idade de início dos benefícios	57 anos
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020
	PLANOS DE PENSÃO
	TCSPREV
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	7,38%
Taxa estimada de inflação	3,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	Por patrocinadora
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	3,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	7,38%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 15%, segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Alvaro Vindas, agravada em 100%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49, segregada por sexo
Taxa de rotatividade	Por patrocinadora
Idade de início dos benefícios	57 anos
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2021

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2021.

b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATL são projetados para 31 de dezembro de 2021.

A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os planos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários.

Os limites estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os planos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	TCSPREV
Renda fixa	100,00%
Renda variável	17,00%
Investimentos estruturados	20,00%
Investimentos no exterior	5,00%
Imóveis	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	TCSPREV
Renda fixa	87,00%
Renda variável	1,50%
Investimentos estruturados	7,40%
Investimentos no exterior	1,00%
Imóveis	0,50%
Empréstimos a participantes	2,60%
Total	100,00%

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Participações dos empregados nos resultados

No período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou provisões com base nas estimativas do cumprimento dessas metas, no montante total de R\$ 6.348 (2020 – R\$ 7.827).

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultado, referem-se a complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo.

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional de operações no Brasil para o segmento de clientes do atacado.

	2021	2020
Receitas de vendas e/ou serviços do atacado	3.001.796	401.734
Receitas (despesas) operacionais:		
Interconexão	(44.029)	
Pessoal	(136.218)	(43.169)
Serviços de terceiros	(278.398)	(102.844)
Serviço de manutenção da rede	(450.746)	
Publicidade e propaganda	(5.068)	(162)
Aluguéis e seguros	(1.134.288)	(50.495)
Provisões / Reversões	743	(3.909)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(5.099)	(336)
Tributos e outras receitas (despesas)	316.108	16.936
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(1.736.995)	(183.979)
Depreciação e amortização	(1.446.673)	(285.676)
Total das despesas operacionais	(3.183.668)	(469.655)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(181.872)	(67.921)
Resultado financeiro líquido:		
Receitas financeiras	39.211	6.345
Despesas financeiras	(684.677)	(30.728)
Total do resultado financeiro líquido	(645.466)	(24.383)
Prejuízo antes das tributações	(827.338)	(92.304)
Imposto de renda e contribuição social	108.194	(48.415)
Prejuízo do exercício	(719.144)	(140.719)

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2021	2020
Ativo		
Contas a receber	308.764	72.252
Oi	56.166	29.031
Oi Móvel	252.565	42.206
Serede	33	
Telemar		1.015
Demais ativos	27.058	34.095

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Oi	24.123	717
Oi Móvel	2.935	
Serede		25.530
Telemar		2.351
Drammen		5.497
Passivo		
Fornecedores	406.627	131.822
Oi	223.401	2.657
Oi Móvel	52.116	100.976
Serede	131.110	412
Telemar		27.777
Dívidas com empresas ligadas (i)	2.582.200	2.426.474
Oi	2.582.200	
Telemar		2.426.474
Demais obrigações	23.586	17.620
Oi	17.595	17.039
Oi Móvel	5.991	581

- (i) De acordo com a Cláusula 5.3.8.1 do Aditamento ao PRJ das Empresas Oi, na data do fechamento da operação de alienação parcial da UPI InfraCo, a Companhia, na qualidade de SPE InfraCo, possuirá, dívida extraconcursal no montante total de R\$ 2.426.474 junto à Telemar, em razão da assunção de dívida da Oi (na qualidade de sucessora por incorporação da Oi Móvel, ocorrida em 22 de fevereiro de 2022), cujo montante será corrigido pela taxa equivalente a 115% do CDI desde 8 de junho de 2020 até a data do seu efetivo pagamento pela Companhia (“Dívida InfraCo”). Em função da incorporação da Telemar pela Oi S.A., em 3 de maio de 2021, a Oi sucedeu por incorporação a Dívida InfraCo. A previsão de pagamento da Dívida InfraCo será na conclusão da venda do controle da UPI InfraCo..

	2021	2020
Receitas		
Receitas dos serviços prestados (i)	2.718.423	289.955
Oi	388.662	1.367
Oi Móvel	2.245.516	282.873
Serede	132	423
Telemar	83.375	374
Drammen	738	4.918
Outras receitas operacionais	6.929	22.664
Oi	3.323	922
Oi Móvel	2.412	20.857
Telemar	1.194	885
Receitas Financeiras	8.202	8.264
Oi	7.238	6.498

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Oi Móvel	566	564
Telemar	398	1.202
Custos e despesas operacionais (ii)	(1.022.725)	(71.347)
Oi	(554.163)	(6.390)
Oi Móvel	(121.994)	(20.724)
Serede	(319.394)	(37.810)
Telemar	(27.174)	(6.423)
Despesas financeiras	(176.289)	
Oi	(155.725)	
Oi Móvel	(20.564)	

- (i) Refere-se substancialmente aos contratos de cessão onerosa de meio de rede fibra óptica (capacidade de rede) e habilitação/instalação, cessão de capacidade de dados avançados, cessão de capacidade de cobre e prestação de serviços comerciais de atacado, no montante de R\$ 2.700.815 (Nota 4).
- (ii) Referem-se basicamente à aluguel de infraestrutura, serviços de atividades de suporte e manutenção da planta.

25. SEGUROS

A cobertura de seguros dos bens patrimoniais da Companhia é administrada de forma corporativa pela controladora Oi. A Administração entende que o montante contratado para fazer face aos eventuais danos materiais é considerado suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Operação Mapa da Mina

No dia 10 de dezembro de 2019, a Polícia Federal deflagrou a 69ª fase “Operação Lava Jato”, nomeada de “Operação Mapa da Mina” (Pedido de Busca e Apreensão Criminal n.º 5024872-64.2018.4.04.7000/PR – 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba), tendo como um dos seus principais alvos, Fábio da Silva, filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A investigação, que não tem nem a Companhia nem nenhum dos seus atuais administradores como réus, apura suposto repasse suspeito de diversas empresas para as empresas Gamecorp e Grupo Gol, em troca de supostos benefícios junto ao Governo Federal. Em razão de tal investigação, a Companhia sofreu busca e apreensão em prédios dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Desde então, a Companhia tem cooperado com as investigações, apresentando todos os esclarecimentos e documentos que lhe foram até então solicitados. Em 12 de março de 2020, foi concedido Habeas Corpus (Habeas Corpus n.º 5052647-8.2019.4.04.000/PR), no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, determinando a remessa dos autos da referida Operação, para a Seção Judiciária de São Paulo, por não haver conexão entre os fatos narrados na investigação e aqueles apurados na “Operação Lava Jato”. Em 7 de dezembro de 2020 a 10ª Vara Criminal de São Paulo declinou da competência para processamento do feito e determinou a remessa dos autos a uma das varas da Subseção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em razão dessa decisão foram interpostos pelas defesas dos envolvidos pedidos de reconsideração e recurso em sentido estrito para que a investigação permaneça sob a jurisdição da 10ª Vara Federal de São Paulo.

Em 28 de outubro de 2021, o recurso em sentido estrito foi julgado e ficou definido a jurisdição da 10ª Vara Criminal de São Paulo para julgamento dos autos da investigação.

Em 13 de dezembro de 2021, o Ministério Público Federal se manifestou nos autos requerendo a nulidade e consequente arquivamento do inquérito. Esse pedido aguarda homologação do juízo.

Em 17 de janeiro de 2022, foi reconhecida a ilicitude das provas e deferido pelo juízo o pedido de arquivamento do procedimento.

A Companhia, dentre as iniciativas realizadas, contratou auditor externo independente a fim de promover investigação forense abordando todas as alegações constantes nos autos do processo e criou um Comitê Multidisciplinar formado por membros de diversas diretorias, como a diretoria jurídica, “*compliance*”, auditoria interna e contabilidade, visando estabelecer os principais procedimentos a serem realizados, bem como definir um cronograma de atividades relevantes em resposta às alegações da referida investigação envolvendo a Companhia e suas controladas. Neste sentido, o Comitê Multidisciplinar estabeleceu os seguintes procedimentos: (i) contratação de escritório de advocacia renomado, especializado e independente em relação à Companhia e suas controladas para conduzir uma investigação interna sobre alegações contidas nas investigações do MPF e PF; (ii) avaliação por assessor jurídico externo dos resultados da referida investigação interna a ser conduzida pelo escritório de advocacia especializado, se aplicável; (iii) avaliação por assessores jurídicos externos de eventuais impactos legais e regulatórios no âmbito brasileiro e americano, referente a todas as alegações contidas na investigação, considerando a legislação aplicável de combate a corrupção e/ou atos ilegais; (iv) avaliação pela diretoria de “*compliance*” se eventuais fraquezas materiais no ambiente de controles internos no período abrangido nas investigações remanescem no atual cenário de governança e controles internos da Companhia; (v) reuniões periódicas para avaliação do status das avaliações a serem realizadas; (vi) apresentação do resultado de todas as avaliações a serem realizadas aos membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles (“CARC”), ligado ao Conselho de Administração da Companhia. Neste contexto, em fevereiro de 2020, o escritório de advocacia especializado concluiu sua investigação independente interna com base em entrevistas, informações e documentos apresentados pela administração da Companhia, bem como pela existência de limitações inerentes dado o período de abrangência da referida investigação (2003 a 2019), que não foram identificados indicativos de ilegalidades praticadas pela Companhia, no âmbito das alegações contidas na Investigação do MPF e PF, “Operação Mapa da Mina”. O referido relatório de uso interno foi amplamente discutido e apresentado aos membros do Comitê Multidisciplinar, bem como aos membros do CARC.

b) Potenciais efeitos da pandemia do COVID-19

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde anunciou que a COVID-19 era uma emergência de saúde global e em março classificou-a como uma pandemia que tem provocado mortes e a imposição de medidas que causam impactos sociais e econômicos sem precedentes no Brasil e no mundo.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As Empresas Oi entendem o papel fundamental das telecomunicações para sociedade, está cumprindo as recomendações de saúde e segurança estabelecidas pelas autoridades e vem monitorando a situação, seus desdobramentos e possíveis impactos. Por esta razão, mantém desde março de 2020 uma equipe multidisciplinar de resposta à crise focada na garantia da continuidade de sua operação e atendimento de seus clientes, na saúde de seus funcionários e no acompanhamento de ações de combate aos efeitos da pandemia.

Entre as principais medidas adotadas e mantidas pelas Empresas Oi desde o início da pandemia, destacamos:

- “Home Office”: cerca de 71% da força de trabalho está trabalhando remotamente e têm conseguido cumprir suas funções sem qualquer interrupção;
- Protocolo trabalho de campo seguro: colaboradores cujas atividades não são compatíveis com o “home office”, tais como técnicos de serviços externos (classificados pelas autoridades como serviço essencial), seguem protocolos sanitários e preventivos, entre eles a utilização de EPIs (equipamentos de proteção individual), testes e o isolamento tempestivo de eventuais casos suspeitos ou confirmados;
- Cobertura de estoques: mantemos comunicações regulares com nossos fornecedores e prestadores de serviços de modo a garantir as entregas de insumos e equipamentos em tempo hábil e prevenir interrupções em nossa cadeia logística e suprimentos;
- Fortalecimento da rede: a Companhia reagiu rapidamente ao aumento da demanda por serviços de telecom e ativou novos circuitos em sua infraestrutura de “backbone” que não sofreu nenhum declínio relevante mesmo com o aumento de tráfego.
- Digitalização: a Companhia intensificou e mantém a digitalização de processos, canais de vendas e atendimento, telemarketing e teleagentes dando alternativas aos seus clientes e minimizando eventuais impactos de restrições de atividades presenciais.

Sobre o segundo trimestre de 2021, em função de uma nova onda da pandemia, mais fortemente em abril de 2021, autoridades locais e regionais promoveram e aplicaram medidas de isolamento social e quarentena e promulgaram decretos limitando as operações comerciais “não essenciais”, o que resultou no fechamento de parte das lojas da Companhia no varejo e de canais de distribuição do seu serviço móvel. Em contrapartida segue em crescimento a demanda por nossos serviços de banda larga especificamente, os serviços FTTH, tanto de clientes residenciais quanto de B2B. No aspecto operacional não houve impactos significativos dado que a prestação de serviços de telecom é classificado como atividade essencial e segue operando normalmente.

Ao longo do segundo trimestre, com o avanço gradual da vacinação e redução de índices de ocupação de leitos, muitos estados e municípios iniciaram o processo de reabertura gradual e flexibilização das medidas restritivas. Desta forma, cumprindo todos os protocolos estabelecidos, a Companhia retomou gradativamente as atividades das suas lojas próprias, ainda que permaneçam sendo monitoradas as situações em cada localidade para o caso de eventuais alterações.

Adentrando o terceiro trimestre do ano, reestruturamos o questionário para monitoramento de saúde da nossa força de trabalho, tornando-o além de uma ferramenta de prevenção e combate aos efeitos da pandemia, um instrumento de levantamento acerca da vacinação entre nosso pessoal e de monitoramento de pessoas portadoras de enfermidades crônicas.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao final do quarto trimestre com as flexibilizações de ações restritivas e festividades, mesmo considerando o avanço da cobertura vacinal, o Brasil enfrenta uma nova onda de transmissão da doença com a variante Ômicron. Desta forma, as Empresas Oi registraram no período 437 casos de COVID-19 confirmados, que estão sendo monitorados e recebendo todo suporte necessário.

Com as variantes do vírus e um cenário ainda instável principalmente para idosos e pessoas com comorbidades, e o avanço para a terceira etapa de vacinação, ainda persistem incertezas acerca da duração de cobertura vacinal e permanência da pandemia. Seguimos sem registros de desvios materiais em nossas operações e resultados, e mantendo as ações mitigatórias já adotadas.

Nos primeiros quatro meses de 2022, o cenário já evoluiu positivamente para uma vacinação mais ampla e flexibilização do uso de máscaras em ambientes internos e externos em várias unidades da Federação. No entanto, os cuidados com os grupos de risco permanecem em ambientes onde houver aglomeração.

c) Reestruturação societária para formação da UPI InfraCo - Companhia

As operações societárias abaixo, em especial os aumentos de capital e as cisões parciais da Companhia, estão em linha com os termos do Plano Estratégico e do PRJ das Empresas Oi, conforme aditado, e constituem etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial das Empresas Oi descrito no PRJ das Empresas Oi, tendo como objetivo a otimização de suas operações, ativos e passivos e, mais especificamente, a formação da UPI InfraCo. Feita essa ressalva, passamos a listar os atos ocorridos nos exercícios 2020 e 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de junho de 2020, foi aprovado o primeiro aumento de capital, no montante de R\$ 822.673.091,98, sem emissão de novas ações, o qual foi totalmente subscrito e integralizado pela Oi Móvel, acionista da Companhia, mediante a conferência de acervo líquido formado por (i) bens registrados nos ativos imobilizado e intangível da Oi Móvel, da classe patrimonial FTTH (“*Fiber-to-the-Home*”), por (ii) parte dos materiais de uso e consumo adquiridos para aplicação na expansão de FTTH, e por (iii) saldo dos dividendos a pagar.

Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 13 de outubro de 2020, foi aprovado o segundo aumento de capital, no montante total de R\$ 1.673.412.964,45, mediante a emissão, pela Companhia, de 52.700 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que o valor de R\$ 173.485.677,43 foi atribuído à conta de capital social e o montante de R\$ 1.499.927.287,02 foi destinado à formação de reserva de capital. A Oi Móvel subscreveu a totalidade das ações emitidas em virtude do referido aumento de capital, as quais foram integralizadas mediante contribuição de ativos de fibra FTTH, registrados nos ativos imobilizado e intangível da Oi Móvel, ao patrimônio da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 30 de dezembro de 2020, foi aprovada a capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”) no valor de R\$ 700.000.000,00, que havia sido concedido pela Oi Móvel à Companhia. Em decorrência do referido aumento de capital, a Companhia emitiu 212.640 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela Oi Móvel, mediante a capitalização do AFAC concedido.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 1 de janeiro de 2021, foi aprovada a primeira cisão parcial, para a segregação e retirada do seu patrimônio de elementos não relacionados ao escopo de atuação da UPI InfraCo, os quais foram incorporados pela Oi Móvel. Em decorrência da cisão parcial, o capital social da Companhia foi reduzido no valor de R\$ 17.698.607,37, sem o cancelamento de ações, tendo passado de R\$ 2.013.309.621,84 para R\$ 1.995.611.014,47, dividido em 611.586 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 30 de abril de 2021, foi aprovada a segunda cisão parcial da Companhia, para a segregação e retirada do seu patrimônio de elementos não relacionados ao escopo de atuação da UPI InfraCo, os quais foram incorporados pela Oi. Tendo em vista que o acervo cindido da Companhia foi avaliado em R\$ 0,00 (zero real), o capital social da Companhia não sofreu qualquer alteração em decorrência da operação.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 de setembro de 2021, foi aprovada a terceira cisão parcial da Companhia, com a incorporação da parcela cindida pela Oi Móvel. Em decorrência da operação, o capital social da Companhia sofreu redução no valor de R\$ 132.960.967,37 e houve cancelamento de 22.587 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia que pertenciam à Oi Móvel. Em virtude disso, o capital social da Companhia passou a ser representado por 640.503 (seiscentas e quarenta mil, quinhentas e três) ações ordinárias e sem valor nominal.

Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 27 de setembro de 2021, foi aprovado o terceiro aumento de capital, no montante total de R\$ 5.884.740.642,68, mediante a emissão, pela Companhia de 1.048.739 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em virtude do referido aumento de capital, a Oi Móvel subscreveu 45.844 das ações emitidas, no valor de R\$ 257.243.507,17, as quais foram integralizadas mediante contribuição de ativos de Fibra “*Fiber To The Home*” (“FTTH”), “*Optical Network Terminal*” (“ONT”), “*Optical Line Terminal*” (“OLT”), Rede Externa e imóveis (incluindo terrenos, equipamentos de climatização, elevadores e benfeitorias realizadas). A Oi subscreveu 1.002.895 das ações emitidas, no valor de R\$ 5.627.497.135,51, as quais foram integralizadas mediante contribuição de ativos de “*Backhaul*” de Fibra (compreendendo os equipamentos de rede e transmissão, incluindo os “*Carrier Grade Access*” (“CGA”), “*Packet Transport Network*” (“PTN”), “*Synchronous Digital Hierarchy*” (“SDH”) , “*Plesiochronous Digital Hierarchy*” (“PDH”), “*Ethernet Demarcation Device*” (“EDD”) e modem óptico), dutos e postes, circuitos de dados, equipamentos “*Optical Network Terminals*” (“ONTs”) e “*Ethernet Demarcation Devices*” (“EDDs”), imóveis (incluindo terrenos, equipamentos de climatização, elevadores e benfeitorias realizadas), bem como parcelas do Preço performadas e não pagas do Contrato de Cessão de Direito de Uso Irrevogável de Fibras Ópticas Apagadas, do Contrato de Cessão de Direito de Uso Irrevogável de Capacidade de Transmissão de Sinais de Telecomunicações, e do Contrato de Cessão de Direito de Uso Irrevogável de Rede, todos celebrados em 26 de abril de 2021, entre a Telemar, incorporada pela Companhia, em 3 de maio de 2021, a Oi e a Companhia. Com o referido aumento, houve alteração na proporção da participação acionária da Companhia, de modo que a Oi passou a ser a acionista majoritária com 59,37% e a Oi Móvel passou a deter participação de 40,63% no capital social da Companhia.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 15 de novembro de 2021, foi aprovado o quarto aumento de capital, no montante total de R\$ 1.740.987.952,43, mediante a emissão, pela Companhia de 316.111 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em virtude do referido aumento de capital, a Oi Móvel subscreveu 4.189 das ações emitidas, no valor de R\$ 23.070.923,93, as quais foram integralizadas mediante contribuição de ativos de infraestrutura básica, sistemas de TI, entre outros. A Oi subscreveu 311.922 das ações emitidas, no valor de R\$ 1.717.917.028,50, as quais foram integralizadas mediante contribuição de ativos de “*Backhaul*” de Fibra (compreendendo os equipamentos de rede e transmissão, incluindo os “*Carrier Grade Access*” – “CGA”, “*Packet Transport Network*” – “PTN”, “*Synchronous Digital Hierarchy*” – “SDH”, “*Plesiochronous Digital Hierarchy*” – “PDH”, “*Ethernet Demarcation Device*” – “EDD” e modem óptico), dutos, torres e postes, circuitos de dados, equipamentos “*Optical Network Terminal*” – “ONT” e “*Ethernet Demarcation Device*” – “EDD”, bem como parcelas do Preço performadas e não pagas do Contrato de Cessão de Direito de Uso Irrevogável de Fibras Ópticas Apagadas, do Contrato de Cessão de Direito de Uso Irrevogável de Capacidade de Transmissão de Sinais de Telecomunicações, e do Contrato de Cessão de Direito de Uso Irrevogável de Rede, todos celebrados em 26 de abril de 2021 entre a Oi e a Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 de dezembro de 2021, foi aprovada a 4ª cisão parcial da Companhia, com a incorporação da parcela cindida pela Oi Móvel. Em decorrência da operação, o capital social da Companhia sofreu redução no valor de R\$ 244.042.514,08 e houve cancelamento de 45.014 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia que pertenciam à Oi Móvel. Em virtude disso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 9.542.209.778,26, representado por 1.960.318 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 20 de dezembro de 2021, foi aprovado o último aumento de capital do exercício, no montante total de R\$ 569.959.973,44, mediante a emissão, pela Companhia de 106.569 ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em virtude do referido aumento de capital, a Oi Móvel subscreveu 8.969 das ações emitidas, no valor de R\$ 47.969.050,63, as quais foram integralizadas mediante contribuição de ativos de Infra Básica, Sistemas/Infra de TI e Obras de Rede de Fibra ainda não concluídas. A Oi subscreveu 97.600 das ações emitidas, no valor de R\$ 521.990.922,81, as quais foram integralizadas mediante contribuição de ativos de Infra Básica, Sistemas/Infra de TI, Sobressalentes, Obras de Rede de Fibra ainda não concluídas e estoque. Com o referido aumento, houve alteração na proporção da participação acionária da Companhia, de modo que a Oi Móvel passou a deter participação de 31,66% e a Oi passou a deter participação de 68,34% no capital social da Companhia.

As operações de cisão parcial foram aprovadas sem solidariedade, de modo que a Oi Móvel e a Oi se tornaram responsáveis apenas pelas obrigações que lhes foram transferidas em decorrência de cada cisão parcial, não tendo assumido qualquer responsabilidade, individual ou solidária, por quaisquer débitos, obrigações ou responsabilidades da Companhia, sejam de que natureza forem, presentes, contingentes, passados e/ou futuros, que não tenham sido transferidos em decorrência das cisões parciais em questão.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Incorporação da Oi Móvel pela Oi

A Oi aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2022, a incorporação da Oi Móvel (“Incorporação”). A Incorporação foi condicionada à implementação das condições a seguir: (i) concessão pela ANATEL de anuência prévia para a operação; (ii) publicação pela ANATEL, no Diário Oficial da União, do ato de transferência, para a Oi, da outorga de SeAC (TV por assinatura) detida pela Oi Móvel, e consolidação da outorga de SCM com aquela já detida pela Oi; e (iii) obtenção da autorização do Debenturista da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Oi Móvel (“Debenturista da 2ª Emissão de Debêntures da Oi Móvel”).

Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL concedeu anuência prévia para a Incorporação e, em 18 de fevereiro de 2022, a Companhia obteve junto ao Debenturista da 2ª Emissão de Debêntures da Oi Móvel a autorização para a realização da Incorporação.

Em 22 de fevereiro de 2022, foi publicado no DOU, o Ato nº 2802/2022, pelo qual foi transferida para a Oi a outorga de exploração do Serviço de Acesso Condicionado (“SeAC”) (TV por assinatura) detida pela Oi Móvel, e autorizada a consolidação da outorga de Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”) da Oi Móvel com aquela já detida pela Oi.

Assim, em 22 de fevereiro de 2022, foram integralmente verificadas as condições para a Incorporação, tendo sido implementada e efetivada a Incorporação da Oi Móvel pela Oi. Com isso, extinguiu-se a Oi Móvel, que foi absorvida pela Oi e lhe sucedeu em todos os direitos e obrigações se tornando a única acionista da Companhia.

Com a referida Incorporação, o acervo líquido da Oi Móvel, avaliado em R\$ 1.073.718.901,02, conforme laudo de avaliação de seu patrimônio líquido contábil em 30 de setembro de 2021, foi incorporado ao patrimônio da Companhia. No entanto, por tratar-se de incorporação de companhia cujas ações são integralmente detidas pela Oi, a referida Incorporação não resultou em aumento do patrimônio líquido da Oi, tendo em vista que a Oi já possuía o registro consolidado da Oi Móvel nas suas demonstrações financeiras consolidadas, por equivalência patrimonial, de modo que a Companhia não teve seu capital social alterado em decorrência da Incorporação Oi Móvel.

A referida incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial das empresas Oi, prevista expressamente no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, tendo como objetivo garantir a otimização das operações e incremento dos resultados da Oi e suas subsidiárias em recuperação judicial e demais subsidiárias diretas e indiretas da Oi (Nota 1).

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) AFAC Globenet

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 21 de janeiro de 2022, foi aprovado o aporte de recursos da Globenet na Companhia na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”), como antecipação dos valores devidos pela Globenet a título da Parcela Primária da Operação UPI InfraCo, observados os termos do Contrato UPI InfraCo. É importante ressaltar que o referido AFAC não implica na aquisição de ações de emissão da Companhia pela Globenet e, conseqüentemente, no seu ingresso no capital social da Companhia nem, tampouco, em qualquer alteração no controle da Companhia até o fechamento da Operação UPI InfraCo, o que somente ocorrerá com o fechamento da Operação UPI InfraCo. Até a data desse reporte foram realizados aportes de R\$ 1.417.535.

c) Anuência prévia à operação de alienação da UPI InfraCo pela ANATEL

Em 5 de maio de 2022, a ANATEL, em deliberação na 912ª Reunião do Conselho Diretor, concedeu anuência prévia à operação de alienação do controle da UPI InfraCo pela Oi para o Investidor. A efetiva conclusão da Operação InfraCo está sujeita, ainda, ao cumprimento de certas condicionantes impostas pela ANATEL e de condições precedentes usuais para operações dessa natureza, previstas no Contrato UPI InfraCo.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A. (“Companhia”) submete o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Perfil Corporativo e Desempenho Operacional

A Companhia em 2021, contribuiu para que a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi”) atingisse a marca de 14,2% de *market share* no segmento de fibra ótica, com 3,7 milhões de acessos, obtendo assim um crescimento de 0,4 p.p. de *market share* de banda larga de ultra velocidade (acima de >34 Mbps, segundo classificação da ANATEL), atingindo 10,4% ao fim de 2021.

Ainda em 2021, o serviço Oi Fibra superou a marca de 3,4 milhões de casas conectadas (*Homes Connected – HC’s*) à Fibra, base 60,4% superior à de 2020, alcançando uma taxa de ocupação (*take-up*) de 23,2%. A velocidade de implantação foi acima do previsto, atingindo mais de 14,5 milhões de casas passadas em 198 cidades. O plano prevê expansão contínua de casas passadas com fibra ao longo dos próximos anos. O centro da estratégia de investimentos é a aceleração dos projetos de fibra ótica, que possibilitam um grande crescimento das operações de banda larga residencial, e que dão sustentação também para as atividades no mercado B2B, no atacado e na manutenção de bom desempenho no mercado móvel, em momento de venda e transição de ativos.

No ano de 2021, a Companhia, deu prosseguimento ao processo de expansão da rede e acessos de FTTH, para levar banda larga de altíssima velocidade até a casa do cliente dando sequência à estratégia de rentabilizar o segmento, encerrando o ano com 14,6 milhões de casas passadas com fibra (*Homes Passed – HP’s*), e adicionando 5,5 milhões de HP’s a sua base.

A Companhia registrou 6.325 mil UGRs de Fibra, ao final do ano de 2021, crescimento de 59,5% em relação ao ano de 2020.

Na estratégia de FTTH das empresas Oi, está previsto, não apenas a expansão de um serviço de altíssima qualidade e estabilidade, mas seu contínuo aperfeiçoamento, incorporando inovações tecnológicas em transmissão de dados, além da entrega de uma solução completa de conectividade e produtos dentro da casa dos nossos clientes. Essa capacidade de expansão da rede suporta a intensificação da atividade comercial permitindo a diferenciação de mercado de forma regionalizada, com portfólio adequado às características de cada região, buscando entregar a melhor experiência aos nossos clientes. Dentre as novidades do portfólio, tivemos o lançamento da velocidade de 1Gbps e o lançamento da Fibra em São Paulo/SP, marcando presença da Oi Fibra em 100% das capitais brasileiras incluindo o Distrito Federal.

Desempenho Econômico-Financeiro

A receita líquida foi de R\$ 3.002 milhões em 2021, um acréscimo de 647% em relação ao ano anterior.

A Companhia registrou EBITDA positivo de R\$ 1.265 em 2021, um acréscimo de 481 % no comparativo com o exercício anterior, que teve o EBITDA positivo de R\$ 218 milhões.

A Companhia encerrou 2021 com um prejuízo de R\$ 719 milhões, representando um aumento no prejuízo do resultado anterior da Companhia de 411% em relação ao exercício de 2020, que foi de R\$ 141 milhões.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa Companhia, especialmente, em 2021.

Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento da Companhia ao longo do ano.